REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DE VEREADORES DE ILHOTA

SUMÁRIO

TÍTULO I

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (art. 1º e 2º)

CAPÍTULO II

SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES (art. 3º a 6º)

CAPÍTULO III

SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES (art. 7º a 9º)

CAPÍTULO IV

POSSE DOS VEREADORES (art. 10 a 14)

CAPÍTULO V

LEGISLATURA (art. 15)

CAPÍTULO VI

SESSÕES LEGISLATIVAS ANUAIS (art. 16 e 17)

CAPÍTULO VII

INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA (art. 18)

TÍTULO II

VEREADORES

CAPÍTULO I

DIREITOS, DEVERES E SANÇÕES (art. 19 a 23)

CAPÍTULO II

LICENÇA E DA SUBSTITUIÇÃO (art. 24 e 25)

Seção única

Convocação de Suplente (art. 26 a 29)

CAPÍTULO III

VAGA DE VEREADOR (art. 30 a 32)

CAPÍTULO IV

LÍDERES (art. 33 a 35)

CAPÍTULO V

BANCADAS E BLOCOS PARLAMENTARES (art. 36)

CAPÍTULO VI

SUBSÍDIOS DOS VEREADORES E DO PRESIDENTE (art. 37)

TÍTULO III

ÓRGÃOS DA CÂMARA MUNICIPAL DOS VEREADORES

CAPÍTULO I

MESA DIRETORA

Seção I

Composição (art. 38)

Seção II

Eleição, Formação e Modificação da Mesa Diretora (art. 39 a 47)

Seção III

Competência da Mesa Diretora (art. 48 e 49)

Seção IV

Presidente (art. 50 a 53)

Seção V

Vice-Presidente (art. 54)

Seção VI

Primeiro e Segundo Secretário (art. 55 e 56)

CAPÍTULO II

COMISSÕES LEGISLATIVAS

Seção I

Disposições Preliminares (art. 57 e 58)

Seção II

Comissões Legislativas Permanentes (art. 59)

Subseção I

Constituição das Comissões Legislativas Permanentes (art. 60 a 66)

Subseção II

Competências Gerais das Comissões Legislativas Permanentes (art. 67)

Subseção III

Competências Específicas das Comissões Legislativas Permanentes (art. 68 a 74)

Subseção IV

Presidência das Comissões Legislativas Permanentes (art. 75)

Subseção V

Trabalho das Comissões Legislativas Permanentes (art. 76 a 84)

Subseção VI

Audiências Públicas nas Comissões Legislativas Permanentes (art. 85 a 87)

Seção III

Comissão Especial da Mulher (art. 88)

Seção IV

Comissões Temporárias (art. 89)

Subseção I

Comissões Parlamentares Especiais (art. 90)

Subseção II

Comissões de Representação (art. 91)

Subseção III

Comissão Parlamentar de Inquérito (art. 92 a 97)

Subseção IV

Comissão Parlamentar Processante (art. 98)

CAPÍTULO III

PLENÁRIO (art. 99 a 101)

TÍTULO IV

PROCESSO LEGISLATIVO

CAPÍTULO I

PROJETOS E DAS PROPOSIÇÕES

Seção I

Disposições Preliminares (art. 102 e 103)

Subseção única

Indicações e Pedidos de Informação (art. 104 e 105)

Seção II

Proposições em Espécie

Subseção I

Propostas de Emenda à LOM (art. 106)

Subseção II

Projetos de Leis (art. 107)

Subseção III

Projetos de Decretos Legislativos (art. 108)

Subseção IV

Projetos de Resoluções (art. 109)

Subseção V

Moções (art. 110 a 114)

Subseção VI

Requerimentos (art. 115 a 122)

Seção III

Recursos ao Plenário (art. 123 e 124)

Seção IV

Emendas e Substitutivos (art. 125 e 126)

CAPÍTULO II

TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Seção I

Disposições Gerais (art. 127 a 133)

Seção II

Discussão e Votação

Subseção I

Disposições Preliminares (art. 134 a 139)

Subseção II

Processos de Votação (art. 140 a 144)

Subseção III

Encaminhamento de Votação (art. 145)

Subseção IV

Destaques (art. 146)

Subseção V

Votação das Emendas e Redação Final (art. 147 e 148)

Subseção VI

Adiamento e Pedido de Vistas (art. 149)

Subseção VII

Arquivamento das Proposições (art. 150 e 151)

CAPÍTULO III

ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL

Seção I

Orçamento Público

Subseção I

Disposições Preliminares (art. 152 e 153)

Subseção II

Processo Legislativo Orçamentário (art. 154 a 156)

Seção II

Consolidação das Leis (art. 157)

Seção III

Projetos de Leis com Prazos Legais Estabelecido para Apreciação da Câmara (art. 158 a 160)

Seção IV

Contas (art. 161)

Seção V

Concessão de Títulos Honoríficos (art. 162 a 163)

Seção VI

Alterações e Reforma do Regimento Interno (art. 164)

Seção VII

Urgência (art. 165 a 167)

Seção VIII

Apreciação dos Vetos (art. 168 e 169)

Seção IX

Sustação dos Atos Normativos do Poder Executivo (art. 170 e 171)

TÍTULO V

REUNIÕES

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS (art. 172 a 177)

Seção Única

Reuniões Preparatórias (art. 178 e 179)

CAPÍTULO II

REUNIÃO ORDINÁRIA

Seção I

Disposições Gerais (art. 180 a 184)

Seção II

Expediente

Subseção I

Pequeno Expediente (art. 185)

Subseção II

Grande Expediente (art. 186 e 187)

Seção III

Ordem do Dia (art. 188 a 192)

CAPÍTULO III

REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS (art. 193 a 195)

CAPÍTULO IV

REUNIÃO SOLENE (art. 196)

CAPÍTULO V

USO DA PALAVRA (art. 197 a 200)

CAPÍTULO VI

APARTES (art. 201 e 202)

CAPÍTULO VII

ATAS (art. 203 e 204)

TÍTULO VI

CONVOCAÇÃO DE SECRETÁRIO E OUTROS AGENTES (art. 205 a 208)

TÍTULO VII

INTERPRETAÇÕES E REFORMA DO REGIMENTO INTERNO (art. 209 e 210)

TÍTULO VIII

JULGAMENTO DO PREFEITO E DOS VEREADORES POR INFRAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (art. 211)

TÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS (art. 212 a 218)

RESOLUÇÃO Nº 01/2022

Estabelece o Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Ilhota – RI -SC.

Presidente da Câmara de Vereadores de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu promulgo e publico a seguinte:

RESOLUÇÃO

TÍTULO I

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A Câmara Municipal de Vereadores de Ilhota – Câmara, é o órgão colegiado do Poder Legislativo do Município de Ilhota, Estado de Santa Catarina, eleito pelo povo, na forma da legislação vigente.

Art. 2º A Câmara tem funções institucionais, legislativas, julgadoras, fiscalizadoras, administrativas e de assessoramento, além de outras permitidas em lei e reguladas por este Regimento Interno da Câmara de Vereadores - RI.

§1º A função institucional é exercida pelo ato de posse dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito, da extinção de seus mandatos, da convocação de suplentes e da comunicação a Justiça Eleitoral da existência de vagas a serem preenchidas, além das defesas de suas prerrogativas constitucionais.

§2º A função legislativa é exercida dentro do processo e da técnica legislativa, por meio de:

- I - emendas a Lei Orgânica do Município de Ilhota - LOM;
- II - leis complementares;
- III - leis ordinárias;
- IV - leis delegadas;
- V - medidas provisórias;
- VI - decretos legislativos;

VII - resoluções legislativas.

§3º A função julgadora é exercida pela apreciação do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCESC -, sobre as contas do Município e pelo julgamento do Prefeito e dos Vereadores por infrações político-administrativas.

§4º A função fiscalizadora é exercida por meio de requerimentos sobre fatos sujeitos a fiscalização da Câmara e pelo controle externo e interno da execução orçamentária do Município, exercida pela Comissão de Finanças e Orçamentos, com auxílio do TCESC.

§5º A função administrativa é restrita à sua organização interna, a regulamentação de seu funcionamento e a escrituração e direção de seus serviços auxiliares.

§6º A função de assessoramento consiste em sugerir e solicitar medidas de interesse público, por meio de indicações, ao Poder Executivo Municipal.

§7º A Câmara exercerá suas funções com independência e harmonia, em relação ao Poder Executivo Municipal, deliberando sobre todas as matérias de sua competência.

§8º A Câmara exercerá e promoverá, ainda, na consolidação da sua função integrativa e na solução de problemas da comunidade, mesmo que diversos de suas competências privativas, encontros e discussões populares, com a participação da comunidade, através de audiências ou consultas públicas, nas formas previstas em lei e neste RI.

CAPÍTULO II

SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Art. 3º A Câmara tem sua sede no endereço que lhe é destinada, na Cidade de Ilhota.

Parágrafo único. Estando impedido o acesso ao recinto da Câmara, de modo que não permita a sua utilização, a Mesa, verificando o ocorrido, designará outro local para a realização das reuniões enquanto perdurar a situação.

Art. 4º Nos recintos da Câmara não poderão ser realizados atos estranhos as suas funções, salvo os casos em que estes forem cedidos para reuniões cívicas, culturais, políticas e partidárias, quando, e somente nestas oportunidades, será permitida a fixação de símbolos pertinentes aos assuntos tratados.

Parágrafo único. No Plenário da Câmara – Plenário, não poderão ser afixados quaisquer símbolos, quadros, faixas, cartazes ou fotografias que impliquem em propaganda político-partidária, ideológica, religiosa ou de cunho promocional de pessoas vivas ou de entidades de qualquer natureza, exceto obra artística de autor consagrado.

Art. 5º A segurança dos recintos da Câmara compete privativamente à Presidência da Mesa, e será feita normalmente por seus funcionários, podendo o Presidente da Câmara – Presidente, requisitar elementos de corporações civis ou militares para manter a ordem interna.

§1º Se nos recintos da Câmara for cometida qualquer infração penal o Presidente fará a prisão em flagrante do responsável, apresentando-o a autoridade policial competente, para a lavratura do auto de prisão e instauração de inquérito.

§2º Se não houver flagrante, o Presidente deverá comunicar o fato a autoridade policial competente.

Art. 6º Durante as reuniões, os brasões e as bandeiras do Brasil, do Estado de Santa Catarina e do Município de Ilhota deverão estar hasteadas de forma visível.

CAPÍTULO III

SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Art. 7º Os serviços administrativos da Câmara serão executados sob a direção e orientação do Presidente.

Parágrafo único. O expediente normal da Câmara será das treze horas (13:00hrs) às dezenove horas (19:00hrs), de segundas às sextas-feiras.

Art. 8º A nomeação, exoneração, demissão dos servidores e demais atos de administração da Câmara compete a Mesa, em conformidade com a legislação em vigor.

§1º A Câmara poderá admitir servidores públicos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, após a criação dos respectivos cargos, empregos ou funções por resolução e definição de seus vencimentos, através de lei específica, cuja iniciativa cabe a Mesa, desde

que haja prévia inserção específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, e o cumprimento dos termos e limites da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 200 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

§2º A Câmara, por seu Presidente, poderá nomear servidores para ocuparem cargos em comissão ou funções gratificadas, declarados em lei de livre nomeação e exoneração, para executarem funções de direção, chefia ou assessoramento, respeitado os dispositivos do art. 37, II e V, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – CRFB/88 e na LOM.

§3º A Câmara manterá o serviço contábil e jurídico próprios, podendo contratar empresa de consultoria para auxiliar os serviços técnicos, bem como periódicos de atualização em área contábil e jurídica.

§4º Os Vereadores podem indagar a Mesa sobre os serviços da Secretaria da Câmara ou sobre a situação do respectivo pessoal ou apresentar sugestões sobre os mesmos, em proposição encaminhada a Mesa, que deliberará sobre o assunto no prazo máximo de dez (10) dias.

Art. 9º A correspondência oficial da Câmara será feita por sua Secretaria ou outro servidor designado, sob a responsabilidade do Presidente.

Parágrafo único. Nas comunicações sobre a deliberação do Plenário indicar-se-á se a medida foi tomada por unanimidade, maioria simples dos presentes na reunião, maioria absoluta dos Vereadores ou maioria qualificada de seus membros.

CAPÍTULO IV

POSSE DOS VEREADORES

Art. 10. Para habilitar-se a posse o Vereador diplomado apresentará à Mesa, até o dia 15 de dezembro do ano anterior a instalação da legislatura, o diploma expedido pela Justiça Eleitoral e a declaração de bens, a fonte de renda e passivos, incluindo todos os passivos de sua própria responsabilidade, de seu cônjuge ou companheiro ou de pessoas jurídicas por eles direta ou indiretamente controladas.

§1º No ato da posse os Vereadores deverão, se necessário, desincompatibilizarem-se de cargos e funções incompatíveis com o exercício da vereança ou declarar a compatibilidade com outro cargo ou emprego público.

§2º Os Vereadores eleitos e os suplentes que vierem a exercer o mandato ficam obrigados a apresentar anualmente a declaração de bens e rendimentos, conforme a legislação em vigor.

Art. 11. A Câmara instalar-se-á em Reunião Solene de Instalação da Legislatura as dezessete (17:00hrs) horas do dia 1º de janeiro do ano em que se iniciar a legislatura, com qualquer número de Vereadores, em lugar designado anteriormente, sob a presidência do mais idoso entre os presentes.

§1º Aberta a Reunião Solene de Instalação da Legislatura, o Presidente adotará as seguintes providencias:

I - constituirá, com autoridades convidadas, a Mesa Diretora da solenidade;

II - convidará os presentes para a execução do Hino Nacional Brasileiro;

III - convidará um Vereador para servir de Secretário;

IV - proclamará os nomes dos Vereadores diplomados;

V - examinará e decidirá sobre as reclamações atinentes a relação nominal de Vereadores e ao objeto da reunião;

VI - tomará o compromisso Solene dos empossados, do seguinte modo:

a) de pé, diante de todos os Vereadores diplomados, proferirá o seguinte compromisso:

"Prometo cumprir a Constituição da República Federativa do Brasil, a Constituição do Estado de Santa Catarina e a Lei Orgânica do Município de Ilhota e as demais leis, cumprir o Regimento Interno desta Casa e desempenhar com lealdade o mandato que me foi outorgado, trabalhando com patriotismo, sempre pelo progresso do Município e bem-estar do povo de Ilhota" e;

b) cada Vereador, de pé, após o chamado do secretário, declarará "assim o prometo" e assinará o termo de posse, do qual será lavrada ata própria.

VII - após a última assinatura, o Presidente declarará Solenemente empossados os Vereadores e instalada a legislatura, proferindo em voz alta: "declaro empossados no cargo de Vereador do Município de Ilhota os Vereadores que prestaram compromisso".

VIII - a seguir, o Presidente concederá a palavra, por cinco (05) minutos, a um Vereador de cada bancada para falar em nome do partido;

IX - ato contínuo inicia-se a posse do Prefeito e Vice-Prefeito eleitos e diplomados, onde o presidente solicitará os diplomas e declaração de bens escrita, seguindo o mesmo rito da posse dos Vereadores e prestando o compromisso exigido pela Lei Orgânica do Município;

X - após, o Presidente concederá a palavra ao Prefeito empossado, pelo tempo de quinze (15) minutos, para o discurso de posse;

XI - em seguida, convidará os presentes para a execução do Hino de Ilhota; e

XII - declarada encerrada a Reunião Solene de Instalação da Legislatura, o Presidente convocará os Vereadores para a reunião de escolha e posse da Mesa Diretora, meia hora após o encerramento da solenidade, período no qual deverão ser protocoladas as candidaturas individuais no local da Reunião Solene de Instalação da Legislatura;

XIII - havendo, no Plenário, a presença da maioria absoluta dos Vereadores, o Presidente dará início ao processo de eleição da Mesa, na qual só poderá votar e ser votado o Vereador que tiver sido regularmente empossado;

XIV - após a eleição da Mesa, conhecido o resultado, o Presidente o proclamará e empossará os eleitos nos respectivos cargos, para um mandato de um ano (01) ano, sendo-lhe permitida a recondução.

§2º Enquanto não ocorrer a posse do Prefeito, assumirá o cargo o Vice-Prefeito e, na falta ou impedimento deste, o Presidente da Mesa.

Art. 12. O Vereador, o Prefeito e o Vice-Prefeito que não tomar posse na reunião prevista no art. 11 deste RI, deverá fazê-lo dentro do prazo de quinze (15) dias, a contar da Reunião Solene de Instalação da Legislatura, sob pena de perda do mandato, salvo motivo justo e aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 13. O Vereador que vier a ser empossado posteriormente prestará o compromisso em Reunião Plenária Ordinária, exceto durante o período de recesso, quando o fará perante o Presidente.

§1º Salvo as hipóteses de caso fortuito, de força maior ou enfermidade comprovada, a posse dar-se-á no prazo máximo de quinze (15) dias, prorrogáveis por igual período, a requerimento do interessado, contado:

I - da primeira reunião da Legislatura;

II - da diplomação, se concedida a Vereador após iniciada a legislatura; ou

III - da ocorrência do fato que a motivou ou, no caso de suplente de Vereador, da data de sua convocação.

§2º Tendo prestado compromisso anteriormente, fica o suplente de Vereador dispensado de fazê-lo novamente, bem como o Vereador que reassumir a vaga, sendo seu retorno ao exercício do mandato comunicado ao Plenário pelo Presidente.

Art. 14. Não será considerado investido no mandato de Vereador quem deixar de prestar o compromisso nos termos regimentais.

CAPÍTULO V LEGISLATURA

Art. 15. Legislatura é o período correspondente ao mandato parlamentar de quatro anos, iniciando-se em 1º de janeiro do primeiro ano e terminando em 31 de dezembro do quarto ano de mandato, dividido em quatro Sessões Legislativas Anuais, sendo uma por ano.

CAPÍTULO VI SESSÕES LEGISLATIVAS ANUAIS

Art. 16. Sessões Legislativas Anuais dividem-se em duas Sessões Legislativas Ordinárias, que se desenvolvem anualmente de 15 de janeiro a 15 de dezembro de cada ano, independentemente de convocação.

Parágrafo único. As Sessões Legislativas Ordinárias não serão interrompidas sem a aprovação dos Projetos de Lei do Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual - LOA.

Art. 17. As Sessões Legislativas Extraordinárias são os períodos de recesso da Câmara, onde se realizarão as reuniões extraordinárias, se convocadas.

Parágrafo único. Durante o período das Sessões Legislativas Ordinárias poderão ocorrer reuniões extraordinárias, em dia ou em hora diversa das reuniões ordinárias, se convocadas de acordo com este RI.

CAPÍTULO VII INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

Art. 18. Na data da primeira reunião ordinária de cada ano, no horário regimental, a Câmara reunir-se-á em Reunião Solene de Instalação das Sessões Legislativas Ordinárias.

§1º Na primeira parte da Reunião Solene de Instalação das Sessões Legislativas, o Prefeito apresentará mensagem do Poder Executivo aos representantes do povo com assento na Câmara.

§2º Na segunda parte, o Presidente facultará a palavra, por cinco (05) minutos a todos os Vereadores para pronunciamento sobre o evento, encerrando-se em seguida a solenidade e iniciando-se a reunião ordinária.

TÍTULO II
VEREADORES
CAPÍTULO I
DIREITOS, DEVERES E SANÇÕES

Art. 19. Os Vereadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município de Ilhota.

Art. 20. Compete ao Vereador:

I - participar de todas as discussões e deliberações do Plenário;

II - votar nas eleições:

a) da Mesa;

b) das Comissões Legislativas Permanentes, Temporárias, Especiais e de Inquéritos.

III - concorrer aos cargos da Mesa e das Comissões Legislativas;

IV - usar da palavra em defesa ou em oposição as proposições apresentadas a deliberação do plenário;

V - apresentar proposições;

VI - cooperar com a Mesa para a ordem e eficiência dos trabalhos;

VII - usar os recursos previstos neste RI.

Parágrafo único. Os Vereadores não são obrigados a testemunhar perante a Câmara sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhe confiarem ou delas receberem informações.

Art. 21. É dever do Vereador:

- I - apresentar-se adequadamente trajado, sendo os homens de terno e gravata e mulheres com traje social, sendo facultado ao Presidente autorizar outros trajes em função de campanhas promovidas pelo Município ou instituições, comparecendo com pontualidade às reuniões;
- II - desincompatibilizar-se, nos termos da CRFB/88, da Constituição Estadual de Santa Catarina - CESC e da LOM, e fazer declaração pública e escrita de bens, no ato da posse, anualmente e ao final do mandato;
- III - desempenhar os cargos ou funções para os quais foi eleito ou designado;
- IV - votar as proposições;
- V - portar-se com respeito, decoro e compenetração de suas responsabilidades de Vereador;
- VI - conhecer e seguir as disposições da LOM, da CESC e da CRFB/88, assim como, deste RI;
- VII – participar como Membro de pelo menos uma Comissão Permanente.

Parágrafo único. O Vereador deverá obedecer ao inteiro teor do art. 34 da LOM.

Art. 22. A Câmara poderá instituir, através de resolução específica, o seu Código de Ética Parlamentar.

Art. 23. Compete a Mesa tomar as providencias necessárias à defesa dos direitos dos Vereadores decorrentes do exercício do mandato.

§1º O Vereador estará sujeito a perda do mandato, de acordo com os seguintes preceitos:

- I - a perda do mandato do Vereador, por decisão da Câmara, dar-se-á, nos casos dos incisos I e II do art. 35 da LOM, mediante iniciativa da Mesa ou partido político com representação na Casa, por voto aberto e nominal, alcançada a maioria absoluta dos membros;
- II - deverá ser assegurado o princípio do contraditório e da ampla defesa;
- III - a perda do mandato do Vereador deve ser declarada pela Mesa, de ofício, ou mediante iniciativa de qualquer de seus membros ou de partido político com representação na Câmara, com base nos incisos III a VI do art. 35 da LOM, obedecendo as seguintes normas:
 - a) a Mesa dará ciência ao Vereador, por escrito, do fato ou ato que possa implicar na perda do mandato;

- b) no prazo de três (03) dias úteis, contado da ciência, o Vereador poderá apresentar defesa;
- c) apresentada ou não a defesa, a Mesa decidirá a respeito no prazo de quarenta e oito (48) horas;
- d) a Mesa tornará públicas as razões que fundamentam sua decisão.

§2º Para o efeito do art. 35, II da LOM, considera-se procedimento incompatível com o decoro parlamentar:

- I - o abuso das prerrogativas asseguradas aos membros da Câmara ou a percepção de vantagens indevidas em decorrência da condição de Vereador;
- II - a transgressão reiterada aos preceitos deste RI;
- III - a perturbação da ordem nas reuniões da Câmara ou nas reuniões das comissões;
- IV - o uso, em discursos ou pareceres, de expressões ofensivas a membros do Poder Legislativo Municipal;
- V - o desrespeito a Mesa e atos atentatórios a dignidade de seus membros;
- VI - o comportamento vexatório ou indigno capaz de comprometer a dignidade do Poder Legislativo do Município.

CAPÍTULO II

LICENÇA E DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 24. O Vereador poderá licenciar-se mediante requerimento dirigido ao Presidente, nos casos e nas formas previstas no art. 36 da LOM, além das previsões abaixo relacionadas:

- I - para tratamento de saúde ou licença gestante, com direito a remuneração, nos termos do Regime Geral de Previdência Social, através do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, observada a legislação em vigor;
- II - para participar de missão temporária de caráter diplomático ou cultural.

§1º O Vereador licenciado, nos termos do inciso I, passará a perceber os seus subsídios do INSS, nos termos da lei em vigor.

§2º Os pedidos de licenças, para tratar de assuntos de interesse particular, não podendo ser inferior a trinta (30) dias e superior à cento e vinte dias (120), dar-se-á no expediente das reuniões, sem discussão, com preferência sobre qualquer outra matéria e será concedida, independente da autorização do plenário, e o Vereador não poderá reassumir o exercício do mandato antes do término da licença.

§3º No caso do inciso I deste artigo, a licença será concedida por prazo determinado, mediante requerimento escrito e instruído por atestado médico, independente de autorização do Plenário.

§4º No caso do inciso II deste artigo, a licença será concedida pela Mesa, por prazo determinado, pelo tempo que durar a missão temporária, mediante requerimento escrito e instruído de documentação, se houver.

§5º Durante o recesso parlamentar, a licença será concedida pela Mesa, que, se abranger período de Sessão Legislativa Ordinária ou Extraordinária, será referendada pelo Plenário.

§6º O Vereador, regularmente licenciado, não perderá o mandato.

Art. 25. O Vereador licenciado nos termos do inciso I do art. 24, deste RI poderá perceber a complementação do subsídio a ser recebido do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, até o valor integral do cargo, desde que haja previsão legal específica.

Parágrafo único. Salvo motivo justificado e as causas previstas neste Capítulo, serão atribuídas faltas ao Vereador que não comparecer às reuniões ordinárias ou às reuniões das comissões, o que motivará descontos em seus subsídios, nos termos da lei que fixar os seus subsídios.

Seção única

Convocação de Suplente

Art. 26. O Presidente da Câmara convocará o suplente de Vereador nos casos de ocorrência de vaga para e por:

I - tratamento de saúde e licença gestante;

II - licença do titular, estendendo-se a convocação por todo o período de licença e de suas prorrogações.

§1º O suplente que, convocado, não assumir o mandato em quinze (15) dias perde o direito a suplência naquela oportunidade, sendo convocado o suplente imediato, nos mesmos prazos definidos neste RI.

§2º Não será convocado o suplente no período de recesso da Câmara.

Art. 27. Ocorrendo vaga e não havendo suplente, o Presidente comunicará o fato, no prazo de quarenta e oito (48) horas, a Justiça Eleitoral, para que tome as providências legais cabíveis.

Parágrafo único. Enquanto a vaga não for preenchida, calcular-se-á os *quoruns* de presença e de votação em função dos Vereadores remanescentes.

Art. 28. O suplente de Vereador, quando convocado, poderá ser escolhido para os cargos da Mesa, a exceção da Presidência.

Art. 29. Assiste ao suplente convocado o direito de se declarar impossibilitado de assumir o exercício do mandato, dando ciência a Mesa, por escrito, no prazo de quarenta e oito (48) horas, que convocará o suplente imediato para ocupar a vaga.

CAPÍTULO III VAGA DE VEREADOR

Art. 30. As vagas de Vereadores dar-se-ão por:

I - renúncia;

II - cassação do mandato;

III - licença, ou;

IV - em virtude de falecimento do titular da cadeira na Câmara.

Parágrafo único. Além destas, as vagas de Vereadores dar-se-ão nas formas previstas no art. 35 da LOM.

Art. 31. A extinção do mandato por cassação só se torna efetiva pela declaração do ato por Decreto Legislativo, ou fato extintivo lavrado pela Mesa, inserida em ata após a instauração de regular inquérito e processo disciplinar regulamentado por este RI e em Lei Federal, cujo julgamento se dará em reunião extraordinária, convocada especialmente para este fim, do qual se dará notícia a Justiça Eleitoral.

Art. 32. A renúncia de Vereador far-se-á por escrito, com firma reconhecida por verdadeira, dirigida ao Presidente, reputando-se aceita, independente de leitura em reunião ou votação, desde que conferida a necessária publicidade ao ato.

CAPÍTULO IV

LÍDERES

Art. 33. Líder e o respectivo vice-líder é o Vereador escolhido pela respectiva representação partidária com assento na Câmara, ou de bloco parlamentar, constituindo-se como intermediários autorizados entre estes e os órgãos da Câmara.

§1º As bancadas ou blocos parlamentares comunicarão a Mesa a escolha de seus líderes e, na falta de indicação por parte das bancadas ou blocos, assumirá o Vereador mais idoso deste(as).

§2º A escolha do líder será comunicada a Mesa no início de cada legislatura ou após a criação do bloco parlamentar.

§3º O Poder Executivo poderá constituir liderança do Governo na Câmara.

§4º Os partidos de oposição ao Governo Municipal, poderão, em conjunto, indicar Vereador para exercer a liderança da oposição.

§5º O Presidente não poderá ser indicado para exercer a liderança do Governo na Câmara.

§6º Os líderes permanecerão no exercício de suas funções até que nova indicação venha a ser feita pela respectiva representação.

Art. 34. Compete aos líderes:

- I - indicar os Vereadores de sua representação para integrar Comissões Legislativas;
- II - discutir projetos e encaminhar-lhes a votação, pelo prazo regimental e emendar proposição em qualquer fase de discussão;
- III - usar da palavra em comunicações urgentes;
- IV - exercer outras atribuições constantes deste RI.

Art. 35. As comunicações urgentes de líderes poderão ser feitas durante as reuniões, exceto na ordem do dia, sendo concedida a palavra a cada líder, para esse feito, apenas uma vez por reunião.

Parágrafo único. A comunicação a que se refere o *caput* deste artigo é prerrogativa do líder, o qual poderá, cientificando previamente o Presidente, delegar a um de seus liderados a incumbência de fazê-la.

CAPÍTULO V

BANCADAS E BLOCOS PARLAMENTARES

Art. 36. As representações partidárias eleitas em cada legislatura constituir-se-ão por bancadas, e as representações de dois ou mais partidos, por deliberação das respectivas bancadas, poderão constituir bloco parlamentar, sob liderança comum.

§1º O bloco parlamentar terá, no que couber, o tratamento dispensado por este RI as organizações partidárias com representação na Câmara.

§2º As lideranças dos partidos que se coligarem em bloco parlamentar perdem suas atribuições e prerrogativas regimentais.

§3º Não será admitido bloco parlamentar composto por menos de um terço (1/3) dos membros da Câmara.

§4º O bloco parlamentar tem existência circunscrita a Legislatura, devendo o ato de sua criação e as alterações posteriores ser apresentadas a Mesa para registro e publicação.

§5º Dissolvido o bloco parlamentar ou modificado por desvinculação de partido será revista a composição das Comissões Legislativas, mediante provocação de partido ou bloco parlamentar, para o fim de redistribuir os lugares e os cargos, consoante o princípio da proporcionalidade partidária.

§6º A agremiação que integrava o bloco parlamentar dissolvido ou a que dele se desvincular não poderá constituir ou integrar outro na mesma Sessão Legislativa Ordinária.

§7º O partido integrante de um bloco parlamentar não poderá fazer parte de outro concomitantemente.

§8º Entende-se por bloco da situação, para efeito deste RI, o partido ou bloco parlamentar liderado pela maior representação partidária alinhada ao Governo Municipal; e oposição, os partidos ou blocos parlamentares que se opõem ao Governo Municipal.

§9º A representação feminina com assento na Câmara poderá formar a Bancada Feminina, constituída de forma suprapartidária, facultada a eleição de uma Coordenadora.

§10. A Bancada Feminina tem os seguintes objetivos e atribuições:

I - propor, avaliar e consolidar as políticas públicas para as mulheres, tais como saúde, educação e direitos humanos, estabelecendo diálogo com os órgãos do Poder Executivo e Judiciário para o desenvolvimento de ações conjuntas;

II - disseminar entre os munícipes a percepção da Câmara como espaço prioritário para debate das temáticas relacionadas aos interesses do universo feminino, propugnando a criação de mecanismos garantidores de igualdade de gênero, valorizando e incluindo as mulheres no processo de desenvolvimento social, econômico, político e cultural;

III - estimular a convergência dos interesses femininos por meio de reunião de mulheres que exerçam mandatos nas diversas esferas de poder, assim como de lideranças sociais e comunitárias, para a discussão de desafios e estratégias de participação e atuação feminina no município.

CAPÍTULO VI

SUBSÍDIOS DOS VEREADORES E DO PRESIDENTE

Art. 37. Os Vereadores farão jus a subsídio mensal fixado em parcela única, por lei específica, cujo projeto é de iniciativa exclusiva da Mesa, em cada legislatura para a subsequente, aprovada e promulgada até seis meses (06) antes do término da legislatura, observado o que dispõe a CRFB/88, a CESC e a LOM.

§1º Os subsídios dos Vereadores serão fixados obedecido os termos do art. 28, VIII da LOM.

§2º O subsídio do Presidente será fixado em parcela única, em valor superior ao subsídio fixado para os Vereadores, em quarenta (40%) por cento.

§3º Os subsídios dos Vereadores terão como limite máximo o valor percebido como subsídio pelo Prefeito e obedecerá, também, os limites estabelecidos pela CRFB/88 e na LRF.

§4º Os valores dos subsídios serão divididos por reuniões ordinárias realizadas mensalmente pela Câmara, devendo ser descontados os valores correspondentes as faltas, nos termos da Lei que fixar os subsídios, exceto quando:

I - em missão temporária, em representação da Câmara, de caráter diplomático ou cultural;

II - por motivo justificado, encaminhado diretamente ao Presidente;

III - por motivo de saúde, mediante apresentação de atestado médico.

TÍTULO III

ÓRGÃOS DA CÂMARA MUNICIPAL DOS VEREADORES

CAPÍTULO I

MESA DIRETORA

Seção I

Composição

Art. 38. A Mesa é o órgão diretivo dos trabalhos da Câmara, eleito pelos Vereadores para mandato de um (01) ano, permitida uma recondução para o mesmo cargo na eleição subsequente, na mesma legislatura.

Parágrafo único. A Mesa Diretora compõe-se dos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário, os quais se substituirão nesta ordem.

Seção II

Eleição, Formação e Modificação da Mesa Diretora

Art. 39. A eleição dos membros da Mesa somente será válida se presente a maioria absoluta dos Vereadores.

§1º Inexistindo número legal, o Vereador mais idoso dentre os presentes permanecerá na Presidência e convocará reuniões diárias, até que seja eleita a Mesa.

§2º A eleição da Mesa, para o primeiro ano da legislatura, far-se-á na mesma data em que se realizar a Reunião Solene de Instalação da Legislatura, sob a presidência do Vereador mais idoso.

§3º As eleições da Mesa, para o segundo, terceiro e quarto ano da legislatura, far-se-á no último bimestre da sessão legislativa, tendo como data limite a reunião da segunda terça-feira do mês de dezembro de cada sessão legislativa, em reunião extraordinária convocada pelo Presidente, considerando-se empossados em 1º de janeiro do ano subsequente.

§4º A eleição da Mesa será aberta e far-se-á para cada um dos cargos, sendo eleita pela maioria dos votos da Câmara, sendo os cargos de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário.

Art. 40. Os candidatos que concorrerão a eleição da Mesa deverão protocolar a inscrição junto ao(a) Secretario(a) da Mesa até o início da reunião em que se realizará a eleição.

§1º Na ausência dos membros da Mesa, o Vereador mais idoso assumirá a Presidência.

§2º Só serão aceitas e protocoladas as inscrições que contenham os nomes completos e assinaturas dos candidatos aos cargos de Presidente, Vice-Presidente e Secretários.

Art. 41. A eleição dos membros da Mesa será feita em turno único e obedecerá aos seguintes procedimentos:

I - o Presidente determinará que permaneçam no Plenário somente os Vereadores com direito a voto;

II – serão colhidas as inscrições escritas dos candidatos;

III - os Vereadores serão chamados, um a um, para a votação, que será sob modo nominal, aberto e em ordem alfabética;

IV - ao final, o Presidente proclamará o resultado da votação;

V - o Secretário preencherá o boletim com o resultado da eleição que será lido pelo Presidente, na ordem decrescente dos votados;

VI - em caso de empate, será considerada eleito o candidato mais idoso para o cargo;

VII - a eleição se encerrará com a proclamação, pelo Presidente, do resultado final e dará posse aos eleitos, nos termos deste RI.

ART. 42. O suplente de Vereador poderá ser eleito para cargo na Mesa se sua assunção como Vereador for de caráter definitivo.

Art. 43. Os Vereadores eleitos para a Mesa serão empossados mediante termo lavrado pelo Secretário.

Art. 44. A composição permanente da Mesa será modificada em caso de vaga, que ocorrerá quando:

I - extinguir-se o mandato político do respectivo ocupante, ou, se este o perder;

II - for o Vereador destituído da Mesa por decisão do Plenário ou vier a falecer;

III - licenciar-se do mandato de Vereador, por prazo superior a cento e vinte (120) dias, em casos específicos ou de doença;

IV - houver renúncia do cargo da Mesa pelo titular.

Parágrafo único. Em caso de renúncia total da Mesa, proceder-se-á nova eleição para completar o mandato pelo tempo restante, na reunião imediata aquela em que se deu a renúncia, sob a Presidência do Vereador mais idoso dentre os presentes.

Art. 45. A renúncia do Vereador ao cargo que ocupa na Mesa será sempre escrita e assinada pelo renunciante, sendo aceita imediatamente, independente de leitura em Plenário.

Art. 46. A destituição de membro efetivo da Mesa somente poderá ocorrer quando comprovadamente desidioso, ineficiente ou quando tenha se prevalectido do cargo para fins ilícitos, dependendo de deliberação do Plenário pelo voto de dois terços (2/3) dos Vereadores, acolhendo representação de qualquer Vereador, assegurada a mais ampla oportunidade de defesa e do contraditório.

Art. 47. Para o preenchimento do(s) cargo(s) vago(s) na Mesa, haverá eleições suplementares na primeira reunião ordinária seguinte aquela na qual se verificarem a(s) vaga(s), observadas as disposições regimentais.

§1º No caso de não haver candidato para concorrer a eleição prevista no *caput* deste artigo, após três tentativas de eleição suplementar, em reuniões ordinárias seguidas, assumirá o cargo vago, o Vereador mais idoso entre os que não participam da Mesa.

§2º As eleições previstas no *caput* deste artigo destinar-se-ão somente a eleger representante para o tempo restante do mandato já iniciado.

Seção III

Competência da Mesa Diretora

Art. 48. Compete a Mesa, além de outras atribuições estabelecidas neste RI e art. 37 da LOM:

I - a administração da Câmara;

II - propor, privativamente, à Câmara projetos de resolução dispondo sobre sua organização, funcionamento, poder de polícia, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções públicas, bem como iniciativa de leis para tratar do regime jurídico do pessoal e a fixação do respectivo vencimento, assim como a concessão de vantagens, revisão geral anual, aumento, reajuste ou adequação de vencimentos e subsídios, observados os parâmetros

especificamente estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, obedecidos os preceitos constitucionais e a LRF;

III - providenciar, mediante emenda, a suplementação de dotações do orçamento da Câmara, observado o limite de autorização constante da lei orçamentária, desde que os recursos para a sua cobertura sejam provenientes do seu próprio orçamento;

IV - elaborar, ouvido o colégio de Líderes e os Presidentes de Comissões Legislativas Permanentes, projeto de Regulamento Interno das Comissões Legislativas que, aprovado pelo Plenário, será parte integrante deste RI, como anexo;

V - elaborar o Regulamento dos Serviços da Secretaria da Câmara;

VI - apresentar à Câmara, na última reunião ordinária do ano, relatório dos trabalhos realizados, com as sugestões que entender convenientes;

VII - fixar diretrizes para a divulgação das atividades da Câmara;

VIII - dirigir todos os serviços da Câmara durante as Sessões Legislativas Ordinárias e Extraordinárias e nos seus recessos, e tomar as providências necessárias a regularidade dos trabalhos legislativos;

IX - propor a ação de inconstitucionalidade, por iniciativa própria ou a requerimento de Vereadores ou Comissão Legislativa;

X - propor créditos e verbas necessárias ao funcionamento da Câmara e seus serviços;

XI - elaborar e expedir, mediante ato próprio, a discriminação analítica das dotações orçamentárias da Câmara e o seu cronograma de desembolso, bem como alterá-los quando necessário, na forma da lei, comunicando, ao Poder Executivo, estas definições;

XII - dirigir a segurança interna da Câmara;

XIII - adotar as providências cabíveis, por solicitação do interessado, para a defesa judicial e extrajudicial de Vereador contra a ameaça ou a prática do ato atentatório ao livre exercício das prerrogativas constitucionais do mandato parlamentar, mormente a sua inviolabilidade;

XIV - aplicar a penalidade de censura escrita a Vereador ou a perda temporária do exercício do mandato;

XV - declarar a perda definitiva de mandato de Vereador na forma deste RI e da LOM;

XVI - propor projeto de Decreto Legislativo que suspenda a execução de norma julgada inconstitucional ou que exorbite o poder regulamentador do Poder Executivo;

Parágrafo único. A Mesa Diretora deliberará sempre por maioria de seus membros, que poderá adotar a forma de Resolução de Mesa.

Art. 49. Compete à Mesa, juntamente com a Comissão Legislativa Permanente de Orçamento e Finanças, elaborar e encaminhar até o prazo definido na LOM, o Plano de Metas do Poder Legislativo para compor o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, no intuito de serem incluídas nas propostas orçamentárias municipais.

Seção IV

Presidente

Art. 50. O Presidente da Mesa é o representante legal da Câmara nas suas relações internas e externas, cabendo-lhe as funções administrativas e diretivas de todas as suas atividades.

§1º Quanto às atividades legislativas, compete privativamente ao Presidente, além do previsto na LOM:

I - cientificar os Vereadores de convocação das reuniões ordinárias, extraordinárias, e das reuniões solenes;

II - determinar, por requerimento do autor, a retirada de proposição;

III - não aceitar substitutivo ou emenda que não sejam pertinentes a proposição inicial;

IV - declarar prejudicados os projetos, em face de aprovação de outro, com o mesmo conteúdo e objetivo;

V - determinar o desarquivamento de proposições a requerimento do autor;

VI - encaminhar os projetos as comissões legislativas competentes;

VII - zelar pelos prazos do processo legislativo, bem como dos concedidos as comissões e ao Prefeito;

VIII - dar posse aos membros das Comissões Legislativas Permanentes, Especiais e de Inquérito criadas pela Câmara, bem como das Comissões Legislativas de Representação, ouvidos os Líderes de Bancada, que indicarão os seus representantes;

IX - designar os substitutos das Comissões Legislativas referidas no inciso VIII deste artigo, após consulta as lideranças partidárias;

X - declarar a exclusão de Vereador membro da Comissão quando não comparecer injustificadamente a três (03) reuniões ordinárias consecutivas ou cinco (05) alternadas, indicando-lhe substituto nos termos do inciso IX deste artigo;

XI - convocar os suplentes de Vereadores, na forma deste RI;

XII - designar a data e a hora do início das reuniões extraordinárias, após entendimento com os Líderes de Bancada;

XIII - promulgar as Resoluções, os Decretos Legislativos e as emendas à LOM, bem como as leis com sanção tácita e as cujo veto, rejeitado pelo Plenário, não tenham sido promulgadas pelo Prefeito, no prazo legal;

XIV - fazer publicar os atos da Mesa a, bem como as Resoluções, os Decretos legislativos e as leis por ele promulgadas;

XV - declarar extinto, por Decreto Legislativo, o mandato de Prefeito, Vice-Prefeito e dos Vereadores, nos casos previstos em Lei.

§2º Quanto às reuniões, compete privativamente ao Presidente:

I - superintender a organização da pauta dos trabalhos legislativos e definir a Ordem do Dia;

II - dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos da Câmara, com o auxílio de servidores designados;

III - convocar, presidir, abrir, encerrar, suspender e prorrogar as reuniões, observando e fazendo observar as normas legais vigentes e as disposições do presente RI;

IV - determinar ao Secretário a leitura da Ata e das comunicações que sejam de interesse da Câmara;

V - determinar, de ofício ou a requerimento de Vereador, em qualquer fase dos trabalhos, a verificação de presença;

VI - declarar a hora destinada ao Expediente ou a Ordem do Dia e os prazos facultados aos oradores;

VII - anunciar a Ordem do Dia e submeter a discussão e votação a matéria dela constante e declarar os resultados das votações;

VIII - conceder ou negar a palavra aos Vereadores, nos termos deste RI, não permitindo apartes estranhos ao assunto em discussão;

IX - interromper o orador que falar sem o respeito devido a Câmara ou a qualquer de seus membros, advertindo-o e, em caso de insistência, cassando-lhe a palavra, podendo ainda suspender a reunião quando não atendido e as circunstâncias assim exigirem;

X - cronometrar a duração do Expediente e da Ordem do Dia, do tempo dos oradores inscritos, anunciando o início e o término respectivo;

XI - chamar a atenção do orador quando se esgotar o tempo a que tem direito;

XII - determinar ao Secretário a anotação da decisão do plenário no processo competente;

XIII - manter a ordem do recinto da Câmara, advertir os presentes, mandar evacuar o recinto, podendo solicitar força policial necessária para esses fins;

XIV - determinar, na primeira reunião, após sua entrada na Câmara, a leitura das mensagens sob o regime de urgência;

XV - resolver sobre os requerimentos de sua alçada;

XVI - resolver qualquer questão "de ordem" ou "pela ordem", ou quando omissa o RI, submetê-la ao Plenário.

§3º Quanto a administração da Câmara, compete privativamente ao Presidente:

I - dar provimento e vacância dos cargos da Mesa Diretora e demais atos de efeitos individuais, relativos aos servidores da Secretaria da Câmara;

II - administrar o quadro de pessoal da Câmara fazendo lavrar e assinando atos de nomeação, promoção, reclassificação, exoneração, aposentadoria, concessão de férias e de licença, atribuindo aos Servidores do Poder Legislativo, vantagens legalmente autorizadas, determinando a apuração de responsabilidades administrativa, civil e criminal de servidores faltosos;

III - declarar destituído o membro da Mesa ou das Comissões Legislativas Permanentes, nos casos previstos neste RI;

IV - superintender os serviços de Secretaria da Câmara e expedir os atos competentes, relativos aos assuntos de caráter financeiro;

V - apresentar ao Plenário, até o dia vinte (20) de cada mês o balancete relativo aos recursos recebidos e as despesas realizadas no mês anterior;

VI - mandar proceder as licitações para compras, obras e serviços da Câmara;

VII - ordenar as despesas da Câmara e assinar cheques nominativos ou ordem de pagamento, juntamente com o servidor exclusivamente designado da Câmara;

VIII - proceder a devolução ao Poder Executivo do saldo financeiro de caixa existente na Câmara até o final de cada exercício;

IX - rubricar os livros destinados aos serviços da Câmara e da sua Secretaria.

§4º Quanto às relações externas da Câmara, compete privativamente ao Presidente:

I - convocar audiências públicas em dia e hora pré-fixados, garantida ampla divulgação;

II - conceder audiência ao público, em nome da Câmara, a seu critério, em dias e horas prefixados e amplamente divulgados;

III - representar a Câmara judicial e extrajudicialmente, por iniciativa própria ou por deliberação do Plenário, prestando informações, se assim for solicitado pelo Poder Judiciário, em todas as medidas judiciais contra a Mesa ou o Plenário;

IV - encaminhar ao Prefeito os requerimentos e indicações formulados pelos Vereadores ou Comissões, sobre fato relacionado com matéria em trâmite ou sobre fatos sujeitos a ação fiscalizadora da Câmara;

V - encaminhar ao Prefeito a convocação dos titulares dos órgãos da Administração Municipal Direta e Indireta para prestarem informações;

VI - encaminhar ao Prefeito convite para prestar informações, sempre que requeridas por quaisquer dos Vereadores;

VII - dar ciência ao Prefeito, em quarenta e oito horas (48), sempre que se tenha esgotado os prazos previstos para a apreciação de projetos do Executivo, sem deliberação da Câmara ou rejeitados na forma regimental;

VIII - requisitar ao Poder Executivo o repasse financeiro do valor orçamentário a Câmara, o qual deverá ser atendido até o dia vinte (20) de cada mês, sob pena de responsabilização;

IX - exercer, em substituição, a chefia do Poder Executivo Municipal, nos casos previstos em Lei;

X - representar a Câmara junto ao Prefeito, as autoridades Federais, Estaduais e perante as entidades privadas em geral, podendo delegar tal representação;

XI - fazer expedir convites para as Reuniões Solenes de Instalação da Legislatura, e audiências públicas, em nome da Câmara.

§5º O Presidente poderá expedir Atos Administrativos da Presidência para dar conhecimento e publicidade de despachos administrativos de interesse geral e salvaguarda de interesses do Poder Legislativo.

Art. 51. Compete, ainda, ao Presidente:

I - executar as deliberações do Plenário;

II - assinar portarias, editais, todo o expediente da Câmara e demais atos de sua competência;

III - dar andamento legal aos recursos interpostos contra os atos seus, da Mesa ou da Câmara.

§1º O presidente da Câmara exercerá direito de voto somente nos casos seguintes:

I - na hipótese em que é exigido o *quorum* de dois terços (2/3);

II - nos casos de desempate;

III - quando da eleição da Mesa;

IV - quando se trate de destituição de membro da Mesa;

V - quando se trate de assunto sobre composição ou destituição de membros das Comissões Permanentes;

VI - outros casos previstos na LOM.

§2º Quando o Presidente for denunciante ou denunciado fica impedido de votar.

§3º O Presidente poderá delegar ao Vice-Presidente competência que lhe seja própria.

§4º Sempre que tiver necessidade de se ausentar do Município por mais de quinze (15) dias, o Presidente solicitará permissão ao Plenário e, sendo-lhe permitido, passará o cargo ao Vice-Presidente.

Art. 52. Para tomar parte em qualquer discussão, o Presidente deixará momentaneamente a Presidência, passando-a a seu substituto legal, e irá falar na tribuna destinada aos oradores.

Art. 53. O Vereador, no exercício da Presidência, estando com a palavra, não poderá ser interrompido ou aparteado.

Seção V

Vice-Presidente

Art. 54. Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos, além do previsto na LOM, ainda:

I - promulgar e publicar as Resoluções e Decretos Legislativos sempre que o Presidente, ainda que se ache em exercício, deixe escoar o prazo para fazê-lo; e

II - promulgar e publicar as leis municipais, quando o Prefeito e Presidente da Câmara, sucessivamente, tenham deixado expirar o prazo sem fazê-lo, sob pena de crime de responsabilidade.

§1º Ausente ou impedido, o Vice-Presidente será substituído em todas as suas atribuições pelo Secretário.

§2º Ao substituto do Presidente, na direção dos trabalhos das reuniões, não lhe é conferida competência para outras atribuições, além da necessária ao andamento dos respectivos trabalhos.

§3º No caso de renúncia ou licença do Presidente após 30 de novembro do segundo ano do mandato da Mesa Diretora, o Vice-Presidente assumirá a Presidência da Mesa, pela ordem, até completar o mandato em curso.

Seção VI

Primeiro e Segundo Secretário

Art. 55. Compete ao Primeiro Secretário, além do previsto na LOM:

I - receber e encaminhar expedientes, correspondências, representações, petições e memoriais dirigidos a Câmara;

II - dar conhecimento a Câmara dos ofícios do Poder Executivo, bem como de outros documentos e expedientes que devam ser lidos em reunião;

III - fazer a chamada dos Vereadores ao abrir-se a reunião, confrontá-la com o livro de presença, anotando os que comparecerem, os que faltarem e os que se retirarem sem causa justificada, ou não, e outras ocorrências sobre o assunto, assim como encerrar o Livro de Presença ao final da reunião;

IV - apurar as presenças, no caso de votação ou verificação de quórum;

V - superintender a redação da ata, resumindo os trabalhos da reunião, lê-la e assiná-la, juntamente com o Presidente e o Vice-Presidente, depois de submetida a apreciação do Plenário;

VI - ler ao Plenário a matéria do Expediente e Ordem do Dia, despachando o respectivo processo e anotando no mesmo, por determinação do Presidente, as decisões do plenário;

VII - fazer a inscrição de oradores na pauta dos trabalhos;

VIII - inspecionar os serviços da Secretaria;

IX - assumir a direção dos trabalhos da reunião plenária na falta do Presidente e Vice-Presidente;

X - tomar parte em todas as votações.

Parágrafo único. Ausente ou impedido, o Primeiro Secretário será substituído em todas as suas atribuições pelo Segundo Secretário.

Art. 56. Compete ao Secretário substituir o Presidente, quando ausente ou em licença o Vice-Presidente, assumindo, nestes casos, as suas atribuições.

CAPÍTULO II
COMISSÕES LEGISLATIVAS

Seção I

Disposições Preliminares

Art. 57. Comissões Legislativas são órgãos técnicos, constituídos pelos membros da Câmara, em caráter Permanente ou Temporária, destinadas a proceder a estudos, emitir pareceres especializados e realizar estudos ou investigações sobre fatos determinados, ou a representação da Câmara.

Parágrafo único. As Comissões Legislativas reunir-se-ão ordinariamente, conforme o disposto neste RI, ou extraordinariamente sempre que necessário, presentes pelo menos dois (02) de seus membros, devendo, para tanto, ser convocada pelo respectivo Presidente.

Art. 58. As Comissões Legislativas são classificadas em:

I – Permanentes;

II - Temporárias, podendo ser:

a) Especiais; ou

b) de Inquérito.

§1º As Comissões Legislativas, logo que constituídas, reunir-se-ão para eleger os respectivos Presidentes.

§2º As Comissões Legislativas Temporárias terão número ímpar e variável de membros, de acordo com o previsto no ato de criação.

§3º Na composição das Comissões Legislativas, aplica-se o princípio da representação proporcional dos partidos que participem da Câmara.

§4º O Vereador fará parte, obrigatoriamente, de pelo menos uma Comissão Legislativa Permanente como membro titular.

§5º Perderá automaticamente o lugar na comissão o Vereador que se desvincular de seu partido ou não comparecer a três (03) reuniões ordinárias consecutivas ou cinco (05) alternadas, salvo se licenciado ou em missão oficial, justificando antecipadamente por escrito a comissão.

§6º O Vereador que perder o lugar em uma comissão, a ela não poderá retornar na mesma Sessão Legislativa Anual.

§7º A vaga em Comissão, quando ocorrer, será preenchida por designação do Presidente da Mesa Diretora, no prazo de uma reunião ordinária, acolhendo a indicação feita pelo Líder da Bancada a que pertencia o titular.

§8º O Vereador que se desvincular de sua bancada, perde, para efeitos regimentais, o direito a funções nas comissões, para as quais tenha sido indicado pela liderança.

§9º É vedado ao Presidente da Mesa Diretora integrar qualquer tipo de Comissão Legislativa.

§10. Caso a comissão temporária constituída não seja instalada no prazo regimental ou, expirado o prazo de seu funcionamento sem a apresentação do relatório final será declarada extinta por ato do Presidente da Mesa Diretora, salvo quando verificada a necessidade de prorrogação de prazo.

Seção II

Comissões Legislativas Permanentes

Art. 59. As Comissões Legislativas Permanentes, em número de quatro (04) e com prazo de composição de um (01) anos, são as seguintes:

I – Legislação, Justiça e Redação Final;

II – Orçamento e Finanças;

III – Urbanismo, Obras Públicas, Serviços e Servidores Públicos;

IV – Educação, Cultura, Bem-Estar Social, Ecologia e Defesa do Cidadão.

§1º As Comissões Legislativas Permanentes serão constituídas por três (03) Vereadores e um (01) suplente.

§2º Os membros das Comissões Legislativas Permanentes exercerão suas funções até o término do prazo da composição para a qual tenham sido designados.

Subseção I

Constituição das Comissões Legislativas Permanentes

Art. 60. A constituição das Comissões Legislativas Permanentes far-se-á na fase destinada a Ordem do Dia da primeira Reunião Ordinária das Sessões Legislativas Anuais ou em Reunião

Extraordinárias, convocada especificamente para este fim, de acordo com a indicação dos líderes partidários, assegurando-se, tanto quanto possível, a representação proporcional partidária.

Parágrafo único. Não haverá a fase do Expediente na reunião de eleição das Comissões Permanentes.

Art. 61. Se a constituição das Comissões Legislativas Permanentes se fizer mediante acordo, a fase da Ordem do Dia será destinada apenas a sua proclamação.

Parágrafo único. Se por qualquer motivo, não se efetivar nessa mesma reunião a constituição de todas as Comissões Legislativas Permanentes, a fase da Ordem do Dia das reuniões ordinárias subsequentes destinar-se-á ao mesmo fim, até plena consecução desse objetivo.

Art. 62. Não havendo acordo, proceder-se-á a escolha dos membros das Comissões Legislativas Permanentes por eleição em Plenário, votando cada Vereador em um único nome para cada Comissão, considerando-se eleitos os mais votados.

§1º Proceder-se-á a tantos escrutínios quantos forem necessários para completar o preenchimento de todas as vagas em cada Comissão Legislativa Permanente.

§2º Havendo empate, considerar-se-á eleito o Vereador do partido ainda não representado na Comissão Legislativa Permanente.

§3º Se os empatados encontrarem-se em igualdade de condições será considerado eleito, dentre os presentes, o Vereador mais idoso dentre os concorrentes.

Art. 63. Constituídas as Comissões Legislativas Permanentes, reunir-se-á cada uma delas para, sob a Presidência do Vereador mais idoso dentre os membros presentes, para proceder a eleição do Presidente.

§1º Enquanto não for possível a eleição prevista neste artigo, a Comissão Legislativa Permanente será presidida interinamente pelo Vereador mais idoso dentre seus membros.

§2º Se vagar o cargo de Presidente proceder-se-á nova eleição para a escolha do sucessor.

Art. 64. Os membros das Comissões Legislativas Permanentes serão destituídos caso não compareçam, sem prévia e escrita justificativa, a três (03) reuniões consecutivas ou cinco (05) reuniões alternadas da comissão.

§1º O motivo da ausência do membro poderá ser através de meios eletrônicos (*e-mail, whatsapp, instagram e etc.*), devendo o Presidente imprimir tal motivação para anexar à lista de presença da reunião.

§2º A destituição dar-se-á de ofício ou por simples petição escrita de qualquer Vereador, dirigida ao Presidente da Câmara que, após comprovar a autenticidade das faltas, declarará vago o cargo na Comissão.

Art. 65. A composição permanente das Comissões Legislativas Permanentes será modificada em caso de vacância, que ocorrerá quando:

I - extinguir-se o mandato político do respectivo ocupante, ou, se este o perder;

II - for o membro destituído da Comissão;

III - licenciar-se do mandato de Vereador, por prazo superior a cento e vinte (120) dias, em casos específicos ou de doença;

IV - houver renúncia do cargo da Comissão pelo titular;

V – houver interesse envolvido do Vereador, no caso da criação de Comissão de Ética Parlamentar, quando será convocado o Suplente.

§1º O suplente de Vereador, quando convocado, além do exercício da vereança, substituirá o titular na vaga que este exercia nas Comissões Legislativas Permanentes.

§2º A substituição perdurará enquanto persistir a licença ou o impedimento, salvo se definitiva, nos termos do *caput* deste artigo, caso em que deverá ser observado o previsto no art. 58, §7º deste RI.

Art. 66. Será dada ampla publicidade a composição e as atividades das Comissões Legislativas Permanentes, inclusive por meio eletrônico.

Subseção II

Competências Gerais das Comissões Legislativas Permanentes

Art. 67. Compete às Comissões Legislativas Permanentes, entre outras previsões postas pela LOM e por este RI:

I - analisar os processos e outras matérias que lhes forem submetidas e lhes emitir parecer;

- II - realizar audiências públicas para instruir matéria legislativa em trâmite, bem como para tratar de assuntos de interesse público relevante, atinentes a sua área de atuação, quando previstas em lei ou neste regimento;
- III - constituir fóruns que possibilitem a iniciativa e a participação da sociedade civil organizada na discussão de temas de interesse dos cidadãos, das instituições e do parlamento;
- IV - elaborar seus regulamentos, se necessário;
- V - requerer ao Presidente da Câmara que outra comissão se manifeste sobre proposição a ela submetida;
- VI - fiscalizar os atos e o andamento dos programas de Governo, que envolvam gastos públicos de quaisquer órgãos da administração direta ou entidades da administração indireta;
- VII - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades, entidades públicas ou prestadoras de serviços públicos;
- VIII - encaminhar ao prefeito, por meio do Presidente da Câmara, convocação dos Secretários Municipais ou representantes dos órgãos da Administração Indireta para prestarem informações sobre assuntos inerentes as suas atribuições;
- IX - encaminhar ao Prefeito, por meio do Presidente da Câmara, convite para prestar informações sobre assuntos inerentes as suas atribuições;
- X - acompanhar e apreciar programas de obras, planos municipais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer;
- XI - determinar a realização, com o auxílio do TCESC, de diligências, perícias, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas do Poder Executivo e da administração indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Município;
- XII - propor a suspensão dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitarem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa, elaborando o respectivo projeto de Decreto legislativo;
- XIII - averiguar notícias, queixas ou denúncias sobre violação de normas legais, dando-lhes o encaminhamento regimental;
- XIV - acompanhar a aplicação das leis municipais pelo Poder Executivo e a eficácia no seu cumprimento;

XV - estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático ou área de atividades, podendo promover, em seu âmbito, conferências, exposições, palestras ou seminários;

XVI - solicitar, por meio do Presidente da Câmara, depoimento de qualquer autoridade ou cidadão; e

XVII - solicitar à Mesa, por meio de parecer fundamentado, a contratação de assessoria técnica para auxiliar o encaminhamento de trabalhos que exija atuação de especialista, nos termos da Lei de Licitações.

Parágrafo único. Compete aos Presidentes das Comissões Legislativas Permanentes indicar o relator para exarar parecer no prazo regimental, cabendo ao outro membro o encargo de secretariar a reunião.

Subseção III

Competências Específicas das Comissões Legislativas Permanentes

Art. 68. É da competência específica da Comissão Legislativa Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final:

I - opinar exclusivamente sobre o aspecto constitucional, legal, regimental e de técnica legislativa das proposições;

II - manifestar-se diante de veto do Chefe do Poder Executivo;

III - manifestar-se sobre o mérito dos pedidos de licença do Prefeito, Vice-prefeito e dos Vereadores;

IV - manifestar-se acerca de assuntos de natureza jurídica ou constitucional que lhe seja submetido, em consultas realizadas pelo Presidente da Câmara, pelo Plenário ou por outra Comissão, ou em razão de recursos previstos neste RI;

V - manifestar-se acerca das alterações propostas ao RI e a LOM, exceto se houver a constituição de Comissão Especial para a Revisão da Lei Orgânica e Reforma do RI;

VI - elaborar a redação final de todos os projetos aprovados, fiscalizando o encaminhamento à aprovação do Plenário, a remessa para a sanção ou veto do Poder Executivo, assim como sua promulgação e publicação;

VII - realizar diligências e requisitar documentos exigidos por lei para apreciação da matéria.

§1º Concluindo a Comissão Legislativa Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final pela ilegalidade ou inconstitucionalidade de um Projeto, este será analisado pelas demais Comissões de Mérito, que, entendendo ser o Projeto ilegal, também, este será arquivado.

§2º Somente as proposições de natureza orçamentária poderão tramitar sem o parecer da Comissão Legislativa Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final.

Art. 69. É da competência específica da Comissão Legislativa Permanente de Orçamento e Finanças analisar e emitir parecer acerca de:

I - exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, emitindo parecer prévio e definitivo sobre o Projeto do Plano Plurianual - PPA, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, o Projeto de Lei Orçamentária Anual - LOA, bem como sobre as suas alterações;

II - exarar parecer sobre as contas do Município;

III - organizar, divulgar e presidir as audiências públicas quando da tramitação do Projeto de Plano Plurianual, do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária e do Projeto de Lei do Orçamento Anual, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;

IV - analisar assuntos de caráter financeiro, especialmente sobre: proposições referentes à matéria tributária, empréstimo público e as que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município; acarretem responsabilidade ao erário municipal ou que sejam de interesse ao crédito público; proposições que fixem as remunerações dos servidores públicos, os subsídios do Prefeito, Vice-prefeito, Secretários Municipais e dos Vereadores;

V - celebração de contratos, convênios, ajustes e consórcios, quando necessária a aprovação de lei neste sentido;

VI - proposições que, direta ou indiretamente, representem mutação patrimonial do Município, nos casos de desafetação de bens imóveis ou leilões de bens móveis;

VII - apresentar as contas do Município no prazo de trinta (30) dias, em caso de omissão do Prefeito ou da Mesa, na forma que dispuser a LOM.

Art. 70. É da competência específica da Comissão Legislativa Permanente de Urbanismo, Obras Públicas, Serviços e Servidores Públicos o analisar e emitir parecer acerca de:

I - exarar parecer sobre todos os processos atinentes a realização de obras e a execução de serviços pelo Município, da administração direta e indireta, entidades paraestatais e concessionárias de serviços públicos no âmbito municipal, estadual e federal;

II - exarar parecer sobre os seguintes projetos de lei e suas alterações, bem como fiscalizar suas execuções:

a) do Plano Diretor e Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI);

b) do Código de Obras, Edificações e Zoneamento Urbano e direitos suplementares de uso e ocupação do solo;

c) do Código de Posturas;

d) relativos aos planos gerais ou parciais de urbanização, regulamentação do Estatuto da Cidade, ao cadastro territorial do Município e ao transporte coletivo;

e) referentes às relações de consumo e direitos do consumidor, bem como a atividades privadas condicionadas a intervenção do poder público municipal, quando não estiverem afetas a discussão de mérito em outra comissão permanente;

f) atividades que digam respeito a transporte, comunicações, indústria, comércio e agricultura, mesmo que se relacionem com atividades privadas, mas sujeitas a deliberação da Câmara;

III - matéria que diga respeito aos Planos de Desenvolvimento Urbano;

IV – controle do uso do solo urbano;

V – sistema viário municipal e a interferência de rodovias no perímetro urbano e rural;

VI – parcelamento do solo;

VII – edificações e realização de obras públicas;

VIII – política habitacional do Município;

IX – opinar sobre projetos relativos à administração de empresas onde haja participação do município;

X - normas gerais de licitação pública, que não privativas da União;

XI - servidores públicos do Município, seu direito e obrigações, regime jurídico de trabalho, previdência social, plano de carreira, e demais benefícios;

XII - serviços públicos prestados pelo município, diretamente ou por concessionárias e permissionárias.

Art. 71. É da competência específica da Comissão Legislativa Permanente de Educação, Cultura, Bem-Estar Social, Ecologia e Defesa do Cidadão analisar e emitir parecer acerca de:

I - ensino e educação;

II - cultura e artes;

III - patrimônio público e histórico;

IV – esportes e lazer;

V - higiene e saúde pública;

VI - obras e serviços de Assistência Social;

VII – ecologia e sustentabilidade;

VIII – diga respeito ao exercício dos direitos inerentes à cidadania;

IX - direito relacionados a segurança pública;

X – direito do consumidor;

XI – direito do contribuinte;

XII – direito das crianças e do deficiente.

Art. 72. Proposições e Projetos que tratem de assuntos não elencados nas atribuições definidas para as Comissões Legislativas Permanentes, devem ser submetidas obrigatoriamente à Comissão Legislativa Permanente de Legislação, Justiça e Redação final, para que emita parecer.

Art. 73. A Procuradoria Geral da Câmara emitirá parecer escrito acerca das proposições quando solicitado pelo Presidente da Câmara, analisando juridicamente os assuntos a ela submetidos, em apoio necessário às Comissões Legislativas, exceto em casos de proposições que estejam tramitando em regime de urgência, que será decidido pelo Presidente.

Art. 74. Quando mais de uma comissão houver de se manifestar sobre uma proposição, esta será apreciada concomitantemente por todas as Comissões, em reunião única, salvo os casos expressamente previstos neste RI.

Parágrafo único. É vedado às Comissões Legislativas Permanentes, ao apreciarem proposições ou qualquer matéria submetida ao seu exame, opinar sobre aspectos que não sejam de sua

atribuição específica, ou de natureza política, já que a análise deve ater-se aos aspectos técnicos.

Subseção IV

Presidência das Comissões Legislativas Permanentes

Art. 75. Ao Presidente da Comissão Legislativa Permanente compete:

- I - convocar e presidir todas as reuniões ordinárias da Comissão e nelas manter a ordem e a serenidade necessária, zelando pelo cumprimento do disposto neste Regimento Interno e no seu respectivo regulamento;
- II - convocar reuniões extraordinárias;
- III - dar a Comissão conhecimento de toda matéria recebida, distribuindo-a imediatamente ao relator de sua preferência, independentemente de reunião da comissão, ou avocá-la;
- IV - conceder a palavra a membro da Comissão, pelo tempo que julgar necessário e repreendê-lo quando este se exaltar durante os debates, podendo interrompê-lo quando este estiver falando sobre matéria vencida e retirar-lhe a palavra no caso de desobediência;
- V - conceder vista das proposições aos membros da Comissão;
- VI - submeter a voto as questões sujeitas a deliberação da comissão e proclamar o resultado da votação;
- VII - ser representante da Comissão junto a Mesa;
- VIII - dirimir, na forma de seu regulamento e de acordo com este RI, todas as questões suscitadas perante a Comissão;
- IX - enviar a Mesa, no fim do período legislativo, como subsídio para o relatório anual, resumo das atividades da Comissão;
- X - votar em todas as deliberações da Comissão;
- XI - transmitir a Casa o pronunciamento da Comissão, quando solicitado, durante as reuniões plenárias;
- XII - convocar membro substituto para ocupar o lugar do titular que for afastado;
- XIII - assinar a correspondência e demais documentos expedidos pela Comissão.

Subseção V

Trabalho das Comissões Legislativas Permanentes

Art. 76. Salvo as exceções previstas neste RI, para emitir parecer sobre qualquer matéria, cada Comissão terá o prazo máximo de dez (10) dias uteis, contados da distribuição do projeto a comissão, prorrogáveis por igual prazo, desde que solicitado pela Comissão e deliberação favorável do Plenário.

§1º Decorridos os prazos previstos no *caput* deste artigo, deverá o processo ser devolvido à Presidência da Mesa, com ou sem parecer, neste caso, o Presidente da Mesa nomeará um novo relator para emitir parecer em até três (03) dias uteis.

§2º A negativa na devolução dos autos na forma do §10 deste artigo implicará na sua reconstituição, dando-se o encaminhamento regimental a proposição.

§3º Apresentadas emendas ou substitutivos nas Comissões de mérito e, esgotada a sua tramitação em todas as comissões afetas a matéria, será o projeto submetido a novo exame da Comissão Legislativa Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final, pelo prazo improrrogável de cinco (05) dias uteis e devolvido a Mesa para inclusão na Ordem do Dia.

§4º Apresentadas emendas ou substitutivos em Plenário serão os mesmos submetidos ao novo exame das Comissões originalmente designadas que, sob a direção do Presidente da Comissão Legislativa Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final, apresentarão parecer conjunto no prazo improrrogável de cinco (05) dias uteis, devendo o projeto ser apreciado pelo Plenário na reunião ordinária subsequente a sua devolução.

§5º Em caso de requisição de informações ao Poder Executivo, na forma dos incisos VIII, IX e XVI do art. 67, deste RI, o prazo a que se refere o *caput* permanecerá suspenso até a devolução das informações para a Comissão solicitante.

§6º Quando as informações forem solicitadas a entidades não governamentais ou governamentais que não componham o governo municipal, a tramitação da matéria será suspensa pelo prazo máximo de trinta (30) dias uteis, findo o qual, sem que sejam elas respondidas, cumprirá a Comissão formar juízo sobre a matéria.

§7º Aprovado em plenário o requerimento para audiência de Comissão, observar-se-ão os prazos estabelecidos no §4º deste artigo.

§8º O estabelecido no §7º deste artigo fica condicionado a apresentação de fatos novos, devidamente justificados pelo autor do requerimento.

§9º O recesso da Câmara interrompe todos os prazos considerados nesta subseção.

§10. O prazo máximo de três (03) dias úteis para vistas de membro da comissão, se solicitada, devendo o Vereador apresentar relatório das vistas solicitada, quando da sua devolução.

§11. Os prazos previstos neste artigo deverão ser rigorosamente obedecidos, sob pena de comunicação obrigatória da respectiva Comissão à Mesa da Câmara, no primeiro dia subsequente ao atraso na entrega do projeto, para, nos termos deste RI, para as providências regimentais, publicando o nome do Membro da Comissão, que deu causa ao atraso.

Art. 77. As Comissões deliberarão por maioria de votos, desde que presente a maioria absoluta dos seus membros.

Art. 78. O parecer, que é o pronunciamento técnico da Comissão sobre qualquer matéria sujeita ao seu estudo, deverá ser por escrito.

§1º O parecer deverá conter, obrigatoriamente:

I - exposição da matéria em exame, em que se dará a individualização da proposição com o seu número de registro na Câmara, o seu autor e objeto;

II - fundamentação, consistindo nas razões do relator para indicar a admissibilidade ou inadmissibilidade, legalidade ou ilegalidade total ou parcial da matéria, podendo, se assim entender necessário, oferecer substitutivos ou emendas para corrigi-la;

III - decisão da Comissão, com assinatura dos membros que subscreveram o parecer vencedor.

§2º O Presidente da Câmara devolverá a Comissão o parecer que não atender as exigências deste artigo, para o fim de ser devidamente redigido no prazo máximo de cinco (05) dias úteis do seu recebimento.

Art. 79. Poderá o membro da Comissão se manifestar contrariamente ao voto do relator, exarando voto em separado, devidamente fundamentado, que, se acolhido pela maioria, passará a constituir o parecer da Comissão.

§1º Exarado o voto em separado, o Presidente da Comissão colocará em votação os pareceres.

§2º Em caso de empate, prevalecerá o voto do relator.

Art. 80. As reuniões ordinárias das Comissões Legislativas Permanentes serão públicas e deverão ocorrer em sala própria da Câmara, no mínimo, uma vez por semana, às segundas-feiras ou quartas-feiras, conforme convocação.

§1º Os trabalhos das Comissões serão iniciados com a presença da maioria de seus membros, ou com qualquer número, se não houver matéria para deliberar.

§2º À hora regulamentar, havendo matéria para deliberar e não havendo *quorum* para o início da reunião, o Presidente da Comissão aguardará pelo prazo de quinze (15) minutos para que este se complete, e em não ocorrendo, declarará cancelada a reunião, sendo computada a falta dos membros ausentes.

§3º As reuniões durarão o tempo necessário ao exame da pauta respectiva, a juízo da Presidência.

§4º As reuniões marcadas para essas datas, serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em feriados ou pontos facultativos municipais.

Art. 81. As Comissões poderão reunir-se durante a realização de reuniões plenárias, desde que esta esteja suspensa, nos termos deste RI.

Art. 82. Poderão participar dos trabalhos das Comissões todos os Vereadores da Câmara, técnicos de reconhecida competência, bem como representantes de entidades governamentais e civis que tenham legítimo interesse no esclarecimento dos assuntos submetidos a apreciação das mesmas, sem direito a voto, e terão prazo máximo de dez (10) minutos para manifestação, se assim o desejarem, desde que previamente requerido e autorizado pelo Presidente da Comissão.

Art. 83. Das reuniões das Comissões lavrar-se-ão os pareceres, com o sumário do ocorrido durante sua realização, devendo ser assinadas pelos membros presentes.

Art. 84. Sempre que os membros das Comissões não puderem comparecer as reuniões, deverão proceder nos termos do art. 64 deste RI.

Subseção VI

Audiências Públicas nas Comissões Legislativas Permanentes

Art. 85. Cada Comissão poderá realizar reuniões de audiências públicas com as entidades da sociedade civil ou qualquer cidadão, especificamente convocado para instruir matéria

legislativa em trâmite, bem como, para tratar de assuntos de interesse público relevante, atinentes a sua área de atuação, para avaliação, discussão e apresentação de propostas.

Parágrafo único. As audiências públicas poderão ser realizadas em qualquer ponto do território do Município, cuja data e horário serão marcados previamente pelo Presidente da Comissão, que comunicará e as divulgará amplamente aos cidadãos e interessados, por intermédio da Presidência da Câmara, com antecedência mínima de cinco (05) dias uteis.

Art. 86. Definida a realização de audiências públicas, a Comissão selecionará as autoridades, pessoas interessadas e especialistas ligados as entidades participantes para serem ouvidas, devendo a Câmara criar, por Resolução específica, um cadastro legislativo para realizar pré-inscrições destas entidades interessadas, mantendo-as constantemente informadas sobre realização das audiências, inclusive por meio eletrônico, contato telefônico ou outro meio mais eficiente.

§1º Na hipótese de haver defensor e opositor, relativamente a matéria objeto de exame, a Comissão procederá de forma que possibilite a audiência das diversas correntes de opinião.

§2º O convidado deverá limitar-se ao tema ou questão em debate e disporá, para tanto, de dez (10) minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteado.

§3º Caso o expositor se desvie do assunto ou perturbe a ordem dos trabalhos, o Presidente da Comissão poderá adverti-lo, cassar-lhe a palavra ou determinar a sua retirada do recinto.

§4º A parte convidada poderá valer-se de assessores credenciados, se para tal fim tiver obtido o consentimento do Presidente da Comissão.

§5º Os Vereadores inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três (03) minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo, vedado ao orador interpelar qualquer dos presentes.

§6º Nas audiências públicas previstas na Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000 – LRF, a Comissão Legislativa Permanente de Orçamento e Finanças poderá adaptar as normas definidas nesta subseção, a fim de disponibilizar maior tempo para a exposição do Poder Executivo e do Poder Legislativo acerca dos assuntos pautados, bem como para viabilizar a mais ampla participação popular.

Art. 87. Das reuniões de audiências públicas lavrar-se-ão atas, arquivando-se no âmbito da Comissão, inclusive com os pronunciamentos escritos e documentos que acompanharem.

Parágrafo único. Será admitido, a qualquer tempo, o traslado de peças ou fornecimento de cópias aos interessados.

Seção III

Comissão Especial da Mulher

Art. 88. Compete a Comissão Especial da Mulher:

I - receber, avaliar e proceder as investigações e denúncias relativas às ameaças dos interesses e direitos da mulher;

II - encaminhar aos órgãos competentes denúncias relativas às ameaças dos interesses e direitos da mulher;

III - fiscalizar e acompanhar programas governamentais e não governamentais de políticas públicas para as mulheres e aos relativos a interesses e direitos da mulher;

IV - colaborar com entidades nacionais e internacionais que atuem na defesa dos interesses e dos direitos da mulher;

V - trabalhar em conjunto com as comissões legislativas da Câmara, especialmente quando houver ameaças à violação dos direitos da mulher nas diferentes fases da sua vida;

VI - pesquisar e estudar a situação das mulheres no município de Ilhota;

VII - dar parecer em projetos pertinentes à questão da mulher;

VIII - assegurar o cumprimento das políticas públicas dispostas na "Lei Maria da Penha" e demais legislações vigentes.

§1º A Comissão Especial da Mulher deverá funcionar mesmo durante o Recesso da Câmara.

§2º A Comissão Especial da Mulher será composta, preferencialmente, por Vereadoras eleitas para a respectiva Legislatura e, caso não haja nenhuma Vereadora eleita, deverá ser ocupada por Vereadores indicados pela Mesa.

§3º A Comissão Especial da Mulher será constituída pelo Presidente, uma Secretária e uma Relatora, todos designados pela Mesa Diretora, para mandato de dois (02) anos.

§4º Os cargos da Comissão Especial da Mulher serão exercidos sem qualquer remuneração e cessarão automaticamente com a interrupção do mandato de suas ocupantes.

§5º Os mandatos acompanharão a periodicidade da eleição da Mesa Diretora.

§6º A Comissão Especial da Mulher contará com o suporte técnico da estrutura da Câmara Municipal, especialmente pela Procuradoria Geral da Câmara.

§7º Toda iniciativa provocada ou implementada pela Comissão Especial da Mulher terá ampla divulgação pelo órgão de comunicação da Câmara.

Seção IV

Comissões Temporárias

Art. 89. As Comissões Temporárias são:

I - Parlamentares Especiais;

II - de Representação;

III - Parlamentares de Inquérito; e

IV - Processante.

§1º As Resoluções que instituírem as Comissões Temporárias fixarão seus prazos, que poderão ser prorrogados por solicitação de seus membros, mediante aprovação de maioria absoluta do Plenário.

§2º As comissões temporárias serão extintas tão logo tenham alcançado os seus objetivos ou tenha seus prazos expirados.

§3º Adotar-se-á na composição das Comissões Temporárias o critério da proporcionalidade partidária, exceto para a prevista no inciso IV deste artigo, que será constituída mediante sorteio em Plenário.

§4º Expirado o prazo do funcionamento da comissão temporária sem a apresentação do relatório final, será declarada extinta por ato do Presidente da Mesa Diretora, salvo quando verificada a necessidade de prorrogação de prazo.

Subseção I

Comissões Parlamentares Especiais

Art. 90. As Comissões Parlamentares Especiais, constituídas mediante requerimento de no mínimo um terço (1/3) dos Vereadores, e sua constituição sendo aprovada pela maioria

absoluta dos Vereadores, serão formadas por no mínimo (03) membros, podendo participar servidores da Câmara, e destinar-se-ão ao estudo da reforma ou alteração deste RI, revisão da LOM, ao estudo de problemas municipais, e a tomada de posição da Câmara em relação a assuntos de reconhecida relevância.

§1º As proposições que sugerirem a constituição das Comissões Parlamentares Especiais indicarão a finalidade de sua constituição, devidamente fundamentada.

§2º Não será constituída Comissão Parlamentar Especial para tratar de assunto de competência específica de qualquer das Comissões Legislativas Permanentes.

§3º Constituída e nomeada a Comissão Parlamentar Especial, por Resolução da Mesa Diretora da Câmara, a mesma deverá instalar-se no prazo de cinco (05) dias úteis de sua constituição, para, sob a presidência do Vereador mais idoso dentre seus membros, escolher o Presidente, designar Relator e definir a data da primeira reunião.

§4º A nomeação dos membros da comissão obedecerá ao mesmo critério de composição das comissões legislativas permanentes.

§5º A comissão terá prazo de noventa (90) dias para concluir seus trabalhos, a contar da nomeação dos respectivos membros, prorrogável por até igual período, a critério do Plenário.

Subseção II

Comissões de Representação

Art. 91. As Comissões de Representação, destinadas a representar a Câmara em evento externo específico, serão designadas pelo Presidente da Mesa Diretora, por iniciativa própria ou a requerimento escrito de Vereador, depois de aprovado pelo Plenário.

Parágrafo único. Quando a Câmara se fizer representar em conferências, reuniões, congressos e simpósios, serão preferencialmente indicados os Vereadores que desejarem apresentar trabalhos relativos ao temário ou os membros das Comissões Permanentes, na esfera de suas atribuições.

Subseção III

Comissão Parlamentar de Inquérito

Art. 92. A Câmara, a requerimento de um terço (1/3) dos membros, instituirá Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, a qual terá poderes de investigação próprios de autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste RI.

§1º Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional e legal, econômica e social do Município, que estiver devidamente caracterizado no requerimento de constituição da Comissão.

§2º A Comissão, que poderá atuar também durante o recesso parlamentar, terá prazo de noventa (90) dias, prorrogável por até igual período, mediante deliberação do Plenário, para conclusão de seus trabalhos.

§3º O número de membros que fará parte da CPI não será inferior a três (03) Vereadores, devendo o requerimento ou o projeto de criação definir a composição numérica.

§4º Obtido o número de assinaturas, caberá ao Presidente, por Resolução de Mesa Diretora, constituir a CPI, no prazo máximo de dez (10) dias úteis, obedecido o princípio da proporcionalidade, mediante indicação dos membros pela liderança partidária ou bloco parlamentar.

§5º Constituída e nomeada a CPI, por Resolução da Mesa, a mesma deverá instalar-se num prazo de cinco (05) dias úteis de sua constituição, para, sob a presidência do Vereador mais idoso dentre seus membros, escolher o Presidente, designar Relator e definir a data da primeira reunião.

§6º Caberá ao Relator a apresentação de relatório preliminar no prazo improrrogável de quinze (15) dias úteis, em que indicará a existência ou não do fato determinado.

§7º Decorrido este prazo, a CPI deliberará sobre o relatório preliminar nos três (03) dias úteis subsequentes.

§8º A CPI requisitará a Mesa os Servidores Públicos de seu quadro de pessoal, necessários a realização de seus trabalhos investigatórios.

§9º A Câmara, por seu Presidente, poderá contratar ou designar técnicos e peritos para trabalharem junto a CPI, no desempenho de suas atribuições.

§10 A CPI poderá determinar as diligências que reputar necessárias, ouvir acusados, inquirir testemunhas, solicitar informações e requisitar documentos, dando ciência a Mesa de seus atos e requisições.

Art. 93. A Comissão poderá, excepcionalmente, realizar reuniões secretas, visando preservar o bom andamento das investigações.

Art. 94. A requisição de informações e documentos aos órgãos da administração pública municipal, por solicitação de qualquer dos membros da CPI, será formalizada por ofício assinado por seu Presidente e pelo Presidente da Câmara, observado o prazo de dez (10) dias úteis para o atendimento pelo destinatário, a contar da data do seu efetivo recebimento, exceto quando da alçada de autoridade judiciária.

Art. 95. As testemunhas, sob compromisso, e os indiciados, regularmente convocados pelo Presidente da CPI, por solicitação de quaisquer de seus membros, serão ouvidas em datas e horários preestabelecidas, com a lavratura de termo de depoimento.

§1º A critério da CPI poderão ser tomados depoimentos em outros locais que não o recinto da Câmara, devendo ser lavrado, também, o competente termo de depoimento.

§2º As CPIs valer-se-ão subsidiariamente das normas contidas no Código de Processo Penal Brasileiro.

Art. 96. Quaisquer diligências, requisições de documentos ou informações solicitadas serão deferidas de plano pelo Presidente da CPI, desde que relacionados com o fato determinado e objeto da instauração da CPI.

Parágrafo único. Na hipótese de indeferimento, o Presidente submeterá, de ofício, sua decisão a uma nova apreciação da CPI no prazo de vinte e quatro (24) horas.

Art. 97. Ao término dos trabalhos a CPI apresentará relatório circunstanciado, com suas conclusões ao Plenário, quando será lido e encaminhado:

I - à Mesa para as providencias de sua alçada, oferecendo, conforme o caso, Projeto de Lei, de Decreto, de Resolução ou Indicação, que será incluído na ordem do dia da reunião subsequente a sua apresentação, dando ampla divulgação, inclusive por meio eletrônico;

II - se for o caso, ao Ministério Público para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos responsáveis; e

III - se for o caso, ao TCESC, para as providencias cabíveis, se esta for a sua competência.

§1º Se a CPI deixar de concluir seus trabalhos dentro do prazo estabelecido pela Resolução que a constituiu, será automaticamente extinta, salvo se o Plenário houver aprovado, em tempo hábil, prorrogação de seu prazo de funcionamento, através de requerimento de iniciativa do Presidente ou de Membros da Comissão.

§2º No caso do §1º deste artigo, a Mesa encaminhará as informações ao Ministério Público para tomar as providencias cabíveis.

Subseção IV

Comissão Parlamentar Processante

Art. 98. As Comissões Parlamentares Processantes - CPP - destinam-se:

I - a aplicação de procedimento instaurado em face de denúncia contra Vereador, por infrações previstas na LOM, neste RI ou em Lei Específica, cominadas com a perda do mandato;

II - a aplicação de procedimento instaurado em face de representação contra membros da Mesa, por infrações previstas na LOM e neste RI, cominadas com destituição;

III - a aplicação de processo instaurado em face de denúncia contra o Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e demais agentes políticos, por infração político-administrativa prevista na legislação vigente. (Decreto-Lei nº 201/67)

§1º As CPP são constituídas por sorteio entre os Vereadores desimpedidos, com no mínimo três (03) membros.

§2º Considera-se impedido o Vereador denunciante, no caso dos incisos I e III deste artigo, o denunciado, e, os Vereadores subscritores da representação e os membros da Mesa contra os quais é dirigida, no caso do inciso II do mesmo artigo.

§3º Constituída e nomeada a CPP, por Resolução da Mesa, a mesma deverá se instalar num prazo de cinco (05) dias úteis de sua constituição, para, sob a presidência do Vereador mais idoso dentre seus membros, escolher o Presidente, designar Relator e definir a data da primeira reunião.

CAPÍTULO III

PLENÁRIO

Art. 99. O Plenário é o órgão deliberativo da Câmara e é constituído pela reunião de Vereadores em pleno exercício do mandato, na forma e número legal para deliberar.

Art. 100. Cumpre ao Plenário deliberar sobre todas as matérias de competência da Câmara, nos termos deste RI e da LOM.

Art. 101. As deliberações do Plenário serão tomadas por maioria:

I - simples, sempre que necessitar mais da metade dos votos dos Vereadores presentes na reunião;

II - absoluta, sempre que necessitar da maioria dos membros da Câmara; e

III - qualificada, sempre que necessitar os votos de dois terços (2/3) ou outra qualificação numérica dos membros da Câmara.

§1º Não havendo outra determinação expressa, as deliberações serão por maioria simples, desde que presente a maioria absoluta dos membros da Câmara.

§2º A LOM, para ser modificada, exige a deliberação favorável da maioria qualificada de dois terços (2/3) dos Vereadores da Câmara.

§3º As Leis Complementares Municipais, para serem aprovadas ou modificadas exigem a deliberação favorável da maioria absoluta dos Vereadores.

TÍTULO IV

PROCESSO LEGISLATIVO

CAPÍTULO I

PROJETOS E DAS PROPOSIÇÕES

Seção I

Disposições Preliminares

Art. 102. Proposição é toda matéria sujeita a apreciação do Plenário.

Parágrafo único. São espécies de proposições:

I - proposta de emenda a LOM;

II - projeto de lei complementar;

III - projeto de lei ordinária;

IV - projeto de decreto legislativo;

V - projeto de resolução;

VI - moção;

VII - requerimento;

VIII - recurso;

IX - emendas e substitutivos.

Art. 103. Podem ser autores de Proposições, dentro dos seus respectivos limites e prerrogativas:

I - o Chefe do Poder Executivo Municipal;

II - a Mesa Diretora da Câmara;

III - qualquer Comissão Legislativa Permanente da Câmara;

IV - os Vereadores, individualmente ou em conjunto;

V - a população do Município, nos casos e sob os requisitos definidos na LOM, na CRFB/88 e CESC.

§1º A iniciativa de proposição por órgão da Câmara depende da assinatura de seu Presidente, com a anuência da maioria dos seus membros.

§2º Não sendo indicado, de maneira expressa, os projetos de iniciativa popular serão defendidos em plenário por qualquer Vereador.

§3º Os projetos de leis e as propostas de Emenda a LOM de autoria do Poder Executivo serão defendidos em plenário pelo líder do governo na Câmara, podendo este, inclusive, solicitar a retirada dos projetos de leis e das propostas de Emenda a LOM, e as demais pelos seus autores.

§4º Todas as proposições deverão ser entregues acompanhadas de versão digital, endereçada ao setor de protocolo da Câmara, podendo ser enviado via digital (e-mail), desde que entregue, também, impresso e subscrito pelo(s) Autor(res).

§5º As proposições protocoladas na Secretaria da Câmara, até as dezenove (19:00) horas de sexta-feira, serão incluídas na pauta ou na ordem do dia reunião ordinária da semana seguinte, para serem lidas como pauta durante o pequeno expediente, ou na ordem do dia, se houver requerimento de regime de urgência aprovada em Plenário desta mesma Reunião.

§6º As proposições, cuja redação estiver em desacordo com a Lei Complementar Federal nº 95/98 – Lei da Técnica Legislativa, e suas alterações, serão devolvidas aos autores e somente entrarão em regime de tramitação depois de corrigidas as irregularidades apontadas.

§7º Se o autor da proposição não se conformar com a decisão, poderá requerer a audiência da Comissão Legislativa Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final, que o auxiliará, através de sua assessoria jurídica ou da Procuradoria Geral da Câmara.

§8º A proposição de iniciativa de Vereador poderá ser apresentada individual ou coletivamente.

§9º É considerado autor da proposição, para efeitos regimentais, seu primeiro signatário.

§10. São de simples apoio as assinaturas que se seguirem a primeira, exceto quando se tratar de proposição para a qual a LOM ou este RI exigir determinado número de subscritores.

§11. As proposições deverão apresentar mensagem escrita de encaminhamento devidamente fundamentada pelo autor.

§12. Somente aos autores caberá o direito de retirada das suas proposições e deverão fazê-lo por escrito ou verbal, este se for durante a fase de discussão em Plenário, dirigida ao Presidente, que, tendo obtido as informações necessárias, deferirá ou não o pedido, cabendo recurso do autor ao Plenário.

§13. A retirada de proposições será aceita até o encerramento de sua discussão em Plenário.

§14. Se a proposição tiver parecer favorável de todas as comissões competentes, somente o Plenário deliberará sobre a sua retirada.

§15. A solicitação de encerramento da tramitação de proposição de iniciativa de comissão ou da Mesa só poderá ser feita a requerimento de seu Presidente, com prévia autorização do respectivo colegiado.

§16. Finda a legislatura, serão arquivadas todas as proposições que estiverem em tramitação na Câmara.

§17. As proposições poderão ser desarquivadas mediante requerimento escrito do autor, dos autores ou de Comissão Legislativa Permanente, na legislatura subsequente.

§18. Quando, por extravio ou retenção indevida, não for possível o andamento de qualquer proposição, a Mesa Diretora fará reconstituir o respectivo processo.

§19. As proposições cujo autor estiver licenciado serão remetidas ao arquivo provisório, aguardando o retorno do Vereador ou o final da legislatura, sem prejuízo à admissão de proposições similares.

Subseção única

Indicações e Pedidos de Informação

Art. 104. As Indicações e os Pedidos de Informação são proposições especiais em que o Vereador ou comissões sugerem medidas, pedem providencias ou informações de interesse público ao Poder Executivo Municipal, a Mesa ou a outros órgãos da administração pública ou não.

Art. 105. As Indicações e os Pedidos de Informações serão lidos no Grande Expediente, sendo dada a devida publicidade e encaminhados aos Chefes dos respectivos poderes ou órgãos, independentemente de deliberação do Plenário.

Parágrafo único. O Presidente poderá indeferir as Indicações e os Pedidos de Informações dirigidas ao Chefe do Poder Executivo Municipal que julgar sem fundamento, genérica, em duplicidade ou similar a outra já apresentada ou em desacordo com os princípios constitucionais que regem a administração pública, fundamentando sua decisão e submetendo-o de ofício ao Plenário.

Seção II

Proposições em Espécie

Subseção I

Propostas de Emenda à LOM

Art. 106. Proposta de Emenda à LOM é a proposição destinada a incluir, suprimir ou alterar dispositivos da LOM, cuja tramitação obedecerá aos termos do art. 40 da LOM.

Parágrafo único. As Emendas à LOM, aprovadas em dois (02) turnos de discussão e votação, com interstício mínimo de dez (10) dias entre as duas discussões e votações, serão promulgadas pelo Presidente da Mesa, no prazo máximo de dez (10) dias de sua aprovação.

Subseção II

Projetos de Leis

Art. 107. Projeto de Lei é a proposição que tem por fim regular toda matéria legislativa de competência do Município, sujeita a sanção do Prefeito.

§1º Serão complementares os projetos que tratem das matérias definidas no art. 48 da LOM, e exigem, para a sua aprovação, o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

§2º Os projetos de leis complementares e leis ordinárias serão aprovados ou rejeitados em um só turno de discussão e votação.

Subseção III

Projetos de Decretos Legislativos

Art. 108. Projeto de Decreto Legislativo é a proposição destinada a regular matéria que exceda os limites da economia interna da Câmara, aprovados ou rejeitados em um só turno de discussão e votação, não sujeita a sanção do Prefeito, sendo promulgada pelo Presidente da Câmara, destinando-se a disciplinar os seguintes casos:

I - decisão acerca das contas públicas;

II - concessão de títulos honoríficos;

III - suspensão de execução de norma julgada inconstitucional;

IV - suspensão de Decretos do Poder Executivo Municipal que extrapolem o seu poder regulamentador;

V - cassação de mandatos;

VI - concessão de licença ao Prefeito para afastar-se do cargo ou ausentar-se do Município, na forma da LOM;

VII - demais assuntos de efeitos externos.

Subseção IV

Projetos de Resoluções

Art. 109. Projeto de Resolução é a proposição destinada a regular matéria político-administrativa da Câmara, com efeitos internos, aprovados ou rejeitados em um só turno de discussão e votação, sendo promulgada pelo Presidente da Câmara, destinando-se a disciplinar os seguintes casos:

- I - decisão de recurso;
- II - destituição de membro da Mesa;
- III - normas regimentais;
- IV - concessão de diárias e licenças aos Vereadores;
- V - criação de Comissões Temporárias;
- VI - organização dos serviços da Câmara;
- VII - criação e extinção de cargos da Câmara;
- VII - todo e qualquer assunto de sua economia interna, de caráter geral ou normativo, além dos demais assuntos com efeitos internos.

Subseção V

Moções

Art. 110. Moção é a proposição em que é sugerida a manifestação da Câmara sobre determinado assunto.

Parágrafo único. São espécies de moções:

- I - Moção de aplauso;
- II - Moção de apoio;
- III - Moção de apelo;
- IV - Moção de congratulações;
- V - Moção de pesar; e
- VI - Moção de repúdio.

Art. 111. A Moção deverá ser subscrita por um Vereador, no mínimo, devendo ser lida e, independente de parecer da Comissão, apreciada em discussão e votação única, aprovado por maioria simples.

Parágrafo único. A Moção de pesar, prevista no inciso V do parágrafo único do art. 110 deste RI será decidida pelo Presidente, independentemente de parecer de Comissão, discussão ou votação em Plenário.

Art. 112. As Moções de aplauso, apoio e congratulação, previstas nos incisos I, II e IV do parágrafo único do art. 110 deste RI, subscritas pelo Vereador Autor, e todos os demais

Vereadores da Câmara, independentemente de parecer de Comissão, consideram-se aprovadas sem necessidade de discussão ou aprovação em Plenário.

Parágrafo único. As Moções citadas neste artigo devem ser motivadas e, quando tratarem de entidades sociais sem fins lucrativos, estas devem ter, no mínimo, um (01) ano de existência no Município e terem sido reconhecidas de interesse social pelo Município de Ilhota.

Art. 113. Cada vereador somente poderá apresentar, ao todo, por mês, até duas (02) proposições das mencionadas no art. 110 deste RI, independentemente da natureza específica daquela que utilizar, exceto a Moção de Pesar, previsto no inciso V do art. 110 deste RI.

Art. 114. As moções rejeitadas pelo Plenário não poderão ser reapresentadas na mesma Sessão Legislativa Anual.

Subseção VI

Requerimentos

Art. 115. Requerimento é todo pedido de forma escrita ou verbal, feito por Vereador ou Comissão ao Presidente da Câmara, sobre qualquer assunto.

Parágrafo único. Quanto a competência para decidi-lo, os requerimentos estão:

I - sujeitos a decisão e despacho do Presidente; ou

II - sujeitos a deliberação do Plenário.

Art. 116. Serão decididos pelo Presidente da Câmara, de forma escrita ou verbal, os requerimentos que solicitem:

I - a palavra ou desistência dela;

II - leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário;

III - retirada pelo autor de requerimento escrito ou verbal, ainda não submetido a deliberação do Plenário;

IV - verificação de quórum para discussão ou votação;

V - informações sobre os trabalhos, da Pauta e da Ordem do Dia;

VI - requisição de documentos, processos, livros ou publicações existentes na Câmara, relacionados com a proposição em discussão no Plenário;

VII - encaminhamento de votação;

VIII - suspensão dos trabalhos por tempo determinado;

IX - inserção de documentos em ata.

Art. 117. Serão decididos pelo Presidente da Câmara, de forma escrita, os requerimentos que solicitem:

I - renúncia de membro da Mesa;

II - audiência de Comissão, quando o pedido for apresentado por outra;

III - juntada ou desentranhamento de documentos;

IV - cópias de documentos existentes nos arquivos da Câmara;

V - arquivamento de proposição na forma deste RI;

VI - o desarquivamento das proposições de que trata o art. 151 deste RI, respeitadas as disposições ali contidas;

VII - requerimento de diárias e/ou adiantamentos, nos termos da Resolução que a instituir.

§1º O Presidente é soberano na tomada de decisão sobre os requerimentos citados neste e no art. 116 deste RI.

§2º O Presidente fica desobrigado a fornecer informações solicitadas, quando informada pela assessoria da Mesa haver pedido anteriormente formulado pelo mesmo Vereador sobre o mesmo assunto e já respondido no prazo não superior a noventa (90) dias.

Art. 118. Serão decididos pelo Plenário, de forma escrita ou verbal, e votados sem discussão, admitindo-se encaminhamento de votação, os requerimentos que solicitem:

I - destaque de matéria para votação;

II - alteração no processo de votação, nos casos em que não for vedada a sua realização de forma nominal;

III - adiamento de discussão e de votação;

IV - pedido de vistas;

V - audiência de Comissão para assuntos em pauta;

VI - prorrogação da reunião para concluir a discussão ou votação das matérias da ordem do dia.

Art. 119. Serão decididos pelo Plenário, de forma escrita ou verbal, e votados sem discussão e sem encaminhamento de votação, os requerimentos que solicitem:

I - a alteração da pauta da Ordem do Dia;

II - arquivamento de proposição na forma deste RI.

Art. 120. Serão decididos pelo Plenário, escritos, discutidos e votados os requerimentos que solicitem:

I - arquivamento de proposição nos casos do art. 150, III deste RI;

II - solicitações encaminhadas a entidades públicas ou particulares;

III - regime de urgência de que trata o art. 165 deste RI;

IV - Constituição das Comissões previstas no *caput* do art. 92 deste RI.

Art. 121. Os requerimentos ou petições de entidades ou munícipes serão lidos no expediente do dia e encaminhados a Comissão pertinente, que poderá acatar e subscrever o pedido, dando o devido encaminhamento.

Art. 122. As representações de outras Edilidades solicitando a manifestação da Câmara sobre qualquer assunto serão encaminhadas as comissões competentes, que elaborarão manifestação por escrito para posterior deliberação do Plenário.

Seção III

Recursos ao Plenário

Art. 123. Da decisão ou omissão do Presidente, em questão de ordem, pela ordem, representação ou proposição de qualquer Vereador, de Comissão ou da Mesa, cabe recurso ao Plenário, nos termos da presente Seção.

Parágrafo único. Não se concederá efeito suspensivo ao recurso, prevalecendo a decisão impugnada até ser proferida nova decisão pelo Plenário.

Art. 124. O recurso formulado por escrito deverá ser proposto obrigatoriamente dentro do prazo improrrogável de dois (02) dias úteis, contados da ciência da decisão recorrida.

§1º Apresentado o recurso, o Presidente deverá, dentro do prazo de dois (02) dias úteis, acatar-lhe, reconsiderando a decisão inicialmente tomada ou encaminhá-lo, no mesmo prazo, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, que terá o prazo improrrogável de três (03) dias úteis para emitir parecer sobre o recurso.

§2º Emitido o parecer, o recurso será obrigatoriamente incluído na pauta da Ordem do Dia da Reunião Ordinária ou Extraordinária seguinte para deliberação do Plenário.

§3º Aprovado o recurso, o Presidente deverá observar a decisão soberana do Plenário e cumpri-la fielmente, sob pena de sujeitar-se a processo de destituição.

Seção IV

Emendas e Substitutivos

Art. 125. Emendas são proposições apresentadas por Vereadores, por Comissão ou pela Mesa que visam a alterar o projeto a que se referem.

§1º As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§2º Emenda supressiva é a proposição que pretende retirar qualquer parte do projeto original, como um artigo, um inciso, uma alínea ou um item.

§3º Emenda substitutiva ou subemenda é a proposição apresentada como sucedânea de outra emenda, sem, contudo, alterar o seu objeto.

§4º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta a outra.

§5º As emendas modificativas poderão ampliar, restringir e corrigir expressões ou partes de projetos ou substitutivos, sem alterar o mérito da matéria.

§6º As emendas de Comissão só serão admitidas quando constantes do corpo de parecer das Comissões Permanentes ou apresentadas em Plenário, até o encerramento da discussão da matéria, devendo ser observado o disposto nos §§ s 3º e 4º do art. 80 deste RI.

§7º O Presidente não admitirá emendas ou substitutivos que não guardem pertinência com a matéria da proposição original.

§8º Contra o ato do Presidente que indeferir a proposição de emenda ou substitutivo caberá recurso ao Plenário na forma dos arts. 123 e 124 deste RI.

§9º A emenda à redação final só será admitida para evitar incorreção, incoerência, contradição ou absurdo manifesto no projeto já aprovado.

Art. 126. Substitutivo é a proposição apresentada por Vereadores, por Comissão permanente ou pela Mesa para substituir outra já existente sobre o mesmo assunto.

§1º Não será permitido aos Vereadores, a Comissão ou a Mesa apresentar mais de um substitutivo a mesma proposição sem prévia retirada do anteriormente apresentado.

§2º Aplicam-se no que couberem aos substitutivos, as disposições constantes do art. 125 deste RI.

CAPÍTULO II

TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Seção I

Disposições Gerais

Art. 127. Às proposições deverão ser dirigidas ao Presidente, que dará a devida publicidade, recebendo-as ou não, nos termos deste RI, cabendo recurso da decisão ao Plenário pelo proponente.

§1º Após a autuação, os projetos seguirão, se solicitado pelo Presidente, para análise da Procuradoria Geral para emissão de parecer jurídico no prazo máximo de dez (10) dias uteis, exceto os projetos que tramitam em regime de urgência, sendo este encaminhado imediatamente as Comissões atinentes à matéria, para parecer conjunto em no máximo dez (10) dias uteis.

§2º Sendo os pareceres das Comissões pela ilegalidade, inconstitucionalidade ou impertinência da Matéria, esta será arquivada.

§3º As proposições serão apreciadas concomitantemente por todas as Comissões, iniciando pela Comissão Legislativa Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final, quanto aos aspectos legal e constitucional, devendo determinar a rejeição da matéria que:

I - versar sobre assuntos alheios a competência da Câmara;

II - delegar a outro poder atribuições privativas do Poder Legislativo;

III - fizer referência a Lei, Decreto, Regulamento ou qualquer outro dispositivo legal, sem se fazer acompanhar de sua transcrição;

IV - faça menção a contratos, convênios ou a cláusulas de contratos ou de concessões, sem a sua transcrição por extenso;

V - contiver expressões ofensivas;

VI - seja inconcludente;

VII - tenha sido rejeitada e novamente apresentada fora dos preceitos da LOM ou deste RI.

§4º Após haver tramitado em todas as Comissões de mérito, tendo recebido emenda ou substitutivo em qualquer das Comissões, o projeto retornará a Comissão Legislativa Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final para nova análise quanto aos aspectos de legalidade e constitucionalidade.

§5º O Projeto que receber parecer contrário de todas as Comissões de mérito competentes para a sua apreciação será tido como rejeitado, devendo ser arquivado sem deliberação pelo Plenário.

Art. 128. Quando, por extravio ou retenção indevida, não for possível o andamento de qualquer proposição, o Presidente, a requerimento do Vereador ou de ofício, fará reconstituir e tramitar o processo.

Art. 129. Os pareceres poderão ser impressos em avulsos e deixados a disposição dos Vereadores até duas (02) horas antes do início da reunião em cuja Ordem do Dia tenham sido incluídos, desde que solicitados por Vereador.

Art. 130. Quando o projeto apresentado for de autoria de todas as Comissões a que compete parecer, será considerado em condições de figurar diretamente na Ordem do Dia.

Art. 131. Os Projetos rejeitados serão arquivados, somente podendo ser reapresentados na mesma Sessão Legislativa Anual se contar com a subscrição da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 132. Se houver mais de uma proposição constituindo processos equivalentes, deverão ser apensadas para tramitação, sendo votada por ordem de apresentação.

Art. 133. Aprovada uma proposição, todas as demais que estiveram apensas serão consideradas prejudicadas e remetidas ao arquivo.

Seção II

Discussão e Votação

Subseção I

Disposições Preliminares

Art. 134. Discussão é a fase dos trabalhos destinada aos debates em Plenário acerca das proposições a serem votadas.

Art. 135. O processo de discussão da proposição inicia-se com a discussão dos pareceres oferecidos pelas comissões, passando-se imediatamente a discussão do mérito do Projeto propriamente dito.

Art. 136. A votação será imediata à discussão e dependerá da presença da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 137. As proposições serão submetidas a turno único de discussão e votação, excetuadas as matérias relativas a Propostas de Emenda a LOM, que serão objeto de dois turnos de discussões e votações, com interstício mínimo de dez (10) dias entre a primeira e a segunda discussão e votação.

Parágrafo único. As emendas deverão ser discutidas concomitantemente com o projeto original ou substitutivo.

Art. 138. O Vereador presente na reunião poderá abster-se de votar, devendo, ainda, se declarar impedido, quando tiver ele próprio, parente afim ou consanguíneo até segundo grau, inclusive, interesse manifesto na deliberação, sob pena de nulidade da votação quando seu voto for decisivo.

Art. 139. O Vereador que abster ou se considerar impedido de votar, nos termos deste RI, fará a devida justificativa ao Presidente, computando-se, todavia, sua presença para efeito de quórum.

Subseção II

Processos de Votação

Art. 140. São dois (02) os modos de processo de votação:

I - simbólico;

II - nominal aberto.

Parágrafo único. O modo de processo de votação eletrônica é considerado nominal aberto.

Art. 141. As proposições que exigem maioria simples serão pelo modo das votações simbólicas e as proposições que exigem maioria absoluta ou qualificada serão pelo modo das votações nominais abertas.

Art. 142. No processo simbólico de votação os Vereadores que pretenderem aprovar a matéria deverão permanecer sentados, levantando aqueles Vereadores que votarem contrariamente a proposição.

§1º Ao anunciar o resultado da votação, o Presidente declarará quantos Vereadores votaram favoravelmente e contrariamente a proposição.

§2º Havendo dúvida sobre o resultado, a verificação far-se-á por meio de chamada nominal, proclamando o Presidente o resultado.

Art. 143. A votação nominal será procedida pela chamada dos presentes, devendo os Vereadores responderem "SIM" ou "NÃO", conforme sua disposição em votar favoravelmente ou contrariamente a proposição.

Parágrafo único. O critério para chamada dos Vereadores presentes à votação nominal é alternativo, com o procedimento de "A" a "Z" numa votação, e de "Z" a "A" na seguinte, assim sucessivamente.

Art. 144. A votação será nominal nos casos em que seja exigido o *quorum* de maioria absoluta ou de dois terços (2/3).

Subseção III

Encaminhamento de Votação

Art. 145. A partir do instante em que for encerrada a discussão da matéria na Ordem do Dia, poderá ser solicitada a palavra para encaminhamento da votação, ressalvados os impedimentos regimentais.

Parágrafo único. No encaminhamento da votação será assegurada a cada bancada, por seu líder, falar apenas uma vez, para propor a seus pares a orientação quanto ao mérito da matéria a ser votada, independente de inscrição prévia.

Subseção IV

Destaques

Art. 146. Destaque é o ato de separar uma proposição de um grupo ou parte do texto de uma proposição, para possibilitar sua votação isolada pelo Plenário.

§1º Também poderá ser defendida pelo Plenário a votação da proposição por títulos, capítulos, seções, grupos de artigos ou de palavras.

§2º O requerimento de destaque só será admitido antes de iniciada a votação.

Subseção V

Votação das Emendas e Redação Final

Art. 147. Havendo emendas, estas serão votadas preferencialmente ao respectivo projeto original, bem como ao substitutivo.

§1º As emendas serão distribuídas e votadas uma a uma, e respeitada a preferência para as emendas de autoria de Comissão, na ordem direta de sua apresentação.

§2º Admitir-se-á pedido de preferência para a votação das emendas, respeitado o que dispõe o §1º deste artigo.

§3º A requerimento de qualquer Vereador ou mediante proposta do Presidente, com o consentimento do Plenário, as emendas poderão ser votadas de forma global ou em grupos devidamente especificados.

§4º Rejeitado o substitutivo ou o projeto original, as emendas eventualmente aprovadas restarão prejudicadas.

§5º Os substitutivos serão votados preferencialmente em relação ao projeto original, na ordem inversa de suas apresentações.

§6º As emendas obrigatoriamente serão votadas na mesma reunião de votação dos projetos originais ou substitutivos.

Art. 148. Somente caberão emendas a redação final para evitar incorreção de linguagem, incoerência notória, contradição evidente ou absurdo manifesto.

§1º A redação final será de responsabilidade da Procuradoria Geral da Câmara, que dará vistas aos interessados, caso solicitem.

§2º Caso não haja necessidade de correção da redação final, a matéria aprovada poderá ser encaminhada diretamente pelo Presidente para sanção ou promulgação, ficando neste caso, dispensado a redação final exarada pela Comissão Legislativa Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final.

Subseção VI

Adiamento e Pedido de Vistas

Art. 149. O adiamento da discussão ou da votação e o pedido de vistas da proposição poderão ser formulados até o momento da votação da matéria em Plenário, através de requerimento verbal ou escrito, podendo ser discutido e deliberado o requerimento pelo Plenário.

§1º O requerimento de adiamento e de pedido de vistas é prejudicial à continuação da discussão ou votação da matéria a que se refira até que o Plenário discuta e delibere sobre o mesmo.

§2º Rejeitados todos os requerimentos de adiamento e de pedido de vistas formulados, não se admitirão novos pedidos de adiamentos ou pedido de vistas com a mesma finalidade.

§3º O adiamento da discussão e da votação e o pedido de vistas poderá ser concedido uma única vez para cada Vereador.

§4º O adiamento da discussão e votação será para a reunião ordinária seguinte, independente de inclusão em pauta, e as vistas não terá prazo superior a dez (10) dias uteis.

§5º O Vereador autor do pedido de vistas deverá apresentar, obrigatoriamente, na próxima reunião em que a proposição estiver incluída na Ordem do Dia, o relatório das vistas, de forma verbal ou escrita.

§6º Somente serão objeto de adiamento de discussão e pedido de vistas proposições em discussão para votação.

Subseção VII

Arquivamento das Proposições

Art. 150. O arquivamento de proposição dar-se-á:

I - a requerimento do autor da matéria a ser arquivada, despachado de plano pelo Presidente;

II - pelo Líder da Bancada, caso o autor estiver licenciado;

III - de ofício, pelo Presidente, em caso de renúncia, cassação do mandato ou falecimento do autor da proposição.

§1º As proposições de autoria da Mesa ou de Comissão Permanente só poderão ser arquivadas mediante requerimento subscrito pela maioria dos respectivos membros.

§2º As proposições arquivadas na forma deste artigo somente poderão ser reapresentadas pelo mesmo autor no Período Legislativo subsequente, que terá a preferência para a nova proposição.

Art. 151. No início de cada Legislatura, serão arquivados os processos relativos às proposições que, na data de encerramento da Legislatura anterior não tenham sido submetidas à discussão.

§1º O disposto neste artigo não se aplica as proposições de iniciativa do Poder Executivo.

§2º A proposição arquivada nos termos do presente artigo poderá voltar a tramitação regimental, desde que assim o requeira o Líder da Bancada ou seu autor, na forma deste RI.

§3º Em proposição de autoria da Mesa ou das Comissões Permanentes, a volta a tramitação dar-se-á por requerimento subscrito pela maioria dos seus membros.

§4º Não poderão ser desarquivadas as proposições consideradas inconstitucionais ou ilegais ou as que tenham parecer contrário de Comissão de Mérito.

CAPÍTULO III

ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL

Seção I

Orçamento Público

Subseção I

Disposições Preliminares

Art.152. Respeitadas as disposições expressas nesse Capítulo para discussão e votação dos projetos de lei de caráter orçamentário, aplicar-se-ão, no que couber, as normas estabelecidas neste RI para os demais projetos de lei.

Art. 153. Quando o Projeto de Lei Orçamentária for incluído em pauta de reunião ordinária, esta comportará duas fases:

I - Expediente do dia;

II - Ordem do Dia, em que o projeto de lei de caráter orçamentário figurará como primeiro item, seguido, na ordem regimental, por vetos e projetos de lei com prazo estabelecido para apreciação.

Subseção II

Processo Legislativo Orçamentário

Art. 154. Recebidos do Poder Executivo, os Projetos de Leis de Plano Plurianual, de Diretrizes Orçamentárias e de Orçamento Anual, o Presidente determinará a autuação do Projeto, independente de leitura, sendo desde logo enviado a Comissão Legislativa Permanente de Orçamento e Finanças, providenciando-se ainda a sua publicação e distribuição de avulsos aos Vereadores.

§1º A Comissão Legislativa Permanente de Orçamento e Finanças, no prazo máximo de dez (10) dias uteis de seu recebimento, apresentará parecer preliminar sobre a matéria, versando sobre o aspecto formal da proposição.

§2º O parecer preliminar será publicado no prazo máximo de vinte e quatro (24) horas.

§3º Após a publicação do parecer preliminar a Comissão terá o prazo máximo e improrrogável de sete (07) dias uteis para realizar a(s) audiência(s) pública(s), nos termos dos arts. 85, 86 e 87 deste RI.

§4º Realizada a audiência pública, a Comissão abrirá um prazo de cinco (05) dias uteis para apresentação de emendas parlamentares, vedada a sua proposição pela Mesa, bem como pelas Comissões.

§5º Decorrido o prazo determinado no §4º deste artigo, a Comissão disporá de dez (10) dias uteis para deliberar sobre o parecer final do relator que deverá apresentá-lo a Comissão no prazo máximo de sete (07) dias uteis, abrindo-se vista aos demais membros da Comissão pelo prazo restante.

§6º O Prefeito poderá enviar mensagem retificativa a Câmara para propor a modificação dos projetos de lei de caráter orçamentário enquanto não iniciada a discussão na Comissão Legislativa Permanente de Orçamento e Finanças.

§7º Concluído o parecer final o projeto será devolvido a Mesa, que publicará o parecer no prazo de vinte e quatro (24) horas, distribuindo-o em avulso a todos os Vereadores.

Art. 155. Os projetos de que trata o art. 154 deste RI serão incluídos na Ordem do Dia da reunião seguinte para discussão e votação em turno único.

§1º Caso haja requerimento pedindo destaque para as emendas, estas serão apreciadas preferencialmente ao projeto.

§2º A partir do instante em que o Presidente declarar a matéria com discussão encerrada, poderá ser solicitada a palavra para encaminhamento da votação, através do líder do partido ou do bloco, que poderá falar apenas uma vez, para propor a seus pares a orientação quanto ao mérito da matéria a ser votada.

§3º Aprovado o Projeto com emendas, retornará a Comissão Legislativa Permanente de Orçamento e Finanças, para, dentro do prazo máximo e improrrogável de sete (07) dias uteis,

elaborar a redação final, sendo submetida a homologação do Plenário na Sessão ordinária subsequente.

§4º O Presidente prorrogará as reuniões, de ofício, até a finalização da discussão e votação da matéria.

§5º As apreciações de projetos que visem alterar as Leis Orçamentárias terão suas regras definidas nesta subseção.

Art. 156. A Câmara não entrará em recesso sem que tenha votado o Projeto do Plano Plurianual, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Projeto de Lei do Orçamento Anual, desde que recebidos do Poder Executivo.

Seção II

Consolidação das Leis

Art. 157. Consolidação é a reunião das diversas leis em vigor sobre o mesmo assunto, para sistematizá-las.

§1º O processo de consolidação será regido por lei complementar específica municipal ou, alternativamente, pela Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

§2º A consolidação de leis municipais poderá ter iniciativa conjunta dos Poderes Legislativo e Executivo.

§3º Não caberá regime de urgência nos processos de consolidação de leis.

Seção III

Projetos de Leis com Prazos Legais Estabelecido para Apreciação da Câmara

Art. 158. Considera-se projeto com prazo legal estabelecido para apreciação:

- I - projetos de leis orçamentárias (PPA/LDO/LOA) remetidos a Câmara na forma da LOM;
- II - projeto de Decreto Legislativo que dispõe sobre as contas do Município e seus órgãos.

Art. 159. Os projetos de que trata o inciso I do art. 158 deste RI obedecerão ao seguinte:

I - numerado e protocolado, será encaminhado a Comissão Legislativa Permanente de Orçamento e Finanças, que deverá formar juízo sobre a matéria em prazo estabelecido neste RI;

II - instruído com o parecer da comissão ou vencido o prazo para tal, será encaminhado a Ordem do Dia da reunião imediata para votação.

Art. 160. Aplica-se a esta seção, no que couber, as normas dos projetos em tramitação ordinária.

Seção IV

Contas

Art. 161. Na apreciação das contas do Município, recebido o parecer prévio do Tribunal de Contas, competirá ao Presidente submetê-lo a votação pelo Plenário no prazo máximo de sessenta (60) dias uteis, a contar da data de sua leitura em Plenário, devendo, antes, porém:

I - após leitura em Plenário, distribuir cópia do parecer do Tribunal aos Vereadores, desde que estes o requeiram e despachá-lo imediatamente a Comissão Legislativa Permanente de Orçamento e Finanças que terá quarenta e cinco (45) dias uteis para apresentar seu pronunciamento definitivo, acompanhado o projeto de Decreto Legislativo pela aprovação ou rejeição das contas;

II - notificar a autoridade prestadora das contas no prazo de cinco (05) dias uteis para que, querendo, venha exercer seu direito de ampla defesa e do contraditório na apreciação da matéria pela Comissão Legislativa Permanente de Orçamento e Finanças, assim como na votação das contas perante o Plenário, podendo constituir advogado a qualquer tempo.

§1º Até dez (10) dias uteis depois do recebimento do processo, a Comissão Legislativa Permanente de Orçamento e Finanças receberá pedidos escritos dos Vereadores solicitando informações sobre itens determinados da prestação de contas.

§2º Para responder aos pedidos de informações, a Comissão Legislativa Permanente de Orçamento e Finanças poderá realizar quaisquer diligências e vistorias bem como, mediante entendimento prévio com o Prefeito, examinar quaisquer documentos existentes na Prefeitura.

§3º O Projeto de Decreto Legislativo apresentado pela Comissão Legislativa Permanente de Orçamento e Finanças sobre a prestação de contas será submetido a uma única discussão e votação, sendo vedada a apresentação de emendas ao projeto, assegurado, no entanto, aos Vereadores, amplo debate sobre a matéria.

§4º Se a deliberação do Plenário for contrária ao parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, o Decreto Legislativo se fará acompanhar dos motivos da discordância.

§5º Na reunião em que for submetida a discussão e votação do Plenário a ordem do dia será destinada exclusivamente a matéria e antes de iniciar a discussão do projeto, o ordenador das contas poderá fazer uso da Tribuna por até vinte (20) minutos, pessoalmente ou por advogado devidamente constituído.

§6º O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, sobre as contas do Município, que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços (2/3) dos membros da Câmara, por votação nominal dos Vereadores.

Seção V

Concessão de Títulos Honoríficos

Art. 162. São títulos honoríficos:

I - Cidadão Honorário do Município;

II - outros títulos honoríficos constantes da LOM, leis específicas ou deste RI.

§1º As honrarias indicadas no inciso I deste artigo serão conferidas pela entrega de diploma, em que constará o nome do(s) Vereador(es) autor(es) da homenagem.

§2º As honrarias de que trata o inciso II deste artigo serão conferidas pela entrega de placa trazendo no reverso o brasão municipal e a denominação da honraria.

Art. 163. As concessões de que trata esta seção serão conferidas por Decreto Legislativo, aprovado pelo voto de dois terços (2/3) dos membros da Câmara.

§1º O projeto deverá vir instruído com a biografia completa de quem se pretenda homenagear, ou dos dados históricos da entidade, quando for o caso.

§2º Cada Vereador só poderá apresentar um (01) único projeto de Decreto Legislativo para concessão de títulos honoríficos, por Sessão Legislativa Anual, com uma única indicação de pessoa ou entidade para ser agraciada com título honorífico.

Seção VI

Alterações e Reforma do Regimento Interno

Art. 164. O Projeto de Resolução que vise alterar, reformar ou substituir o RI, somente será admitido quando proposto:

I - por um terço (1/3), no mínimo, dos membros da Câmara;

II - pela Mesa;

III - pela Comissão Legislativa Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final; ou

IV - por Comissão Especial para esse fim constituída.

Seção VII

Urgência

Art. 165. Urgência é a abreviação de prazos do processo legislativo ordinário, em virtude de relevância e urgência, para que determinada proposição seja logo considerada até sua decisão final.

Art. 166. A urgência poderá ser determinada:

I - pelo Presidente da Mesa, em projetos de autoria do Poder Executivo e com a solicitação do Prefeito;

II - pelo Plenário, por decisão da maioria simples, por requerimento de qualquer Vereador.

§1º Aprovado o requerimento de urgência, a proposição será apreciada no prazo máximo de trinta (30) dias.

§2º Incluída a matéria na Ordem do Dia e não havendo parecer da(s) Comissão(ões) designada(s), estas deverão emitir parecer imediatamente, dentro da própria reunião, no prazo máximo de meia hora, que será obrigatoriamente concedido pelo Presidente, sendo conjunto este prazo quando mais de uma Comissão tiver de pronunciar-se, findo o qual será a proposição levada a discussão e votação com ou sem parecer.

§3º Neste caso, o Presidente designará relator especial que dará o seu parecer verbalmente.

§4º As proposições em regime de urgência não admitem adiamento de discussão ou votação ou pedido de vistas quando o prazo de trinta (30) dias para apreciação estiver expirado ou quando estiver no dia aprazado para discussão e votação, definido por Resolução de Mesa.

Art. 167. Não são passíveis de tramitar em regime de urgência as propostas de Emenda a LOM, os projetos de lei oriundos do Executivo que versarem sobre matéria orçamentária, exceto os de suplementação e abertura de créditos especiais, e os projetos de leis complementares.

Seção VIII

Apreciação dos Vetos

Art. 168. Recebido o veto do Prefeito este será lido em Plenário na primeira reunião que ocorrer, despachado à autuação e análise imediata da Procuradoria Geral, que terá prazo improrrogável de cinco (05) dias uteis para apresentar seu parecer instrutivo.

Parágrafo único. Instruído com o parecer da Procuradoria Geral, o veto será remetido à Comissão Legislativa Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final, que terá prazo improrrogável de cinco (05) dias uteis para oferecer seu parecer conclusivo, devendo ser incluído na ordem do dia da primeira reunião que ocorrer.

Art. 169. Não sendo apreciado no prazo legal de trinta (30) dias, proceder-se-á conforme o art. 45 da LOM.

Seção IX

Sustação dos Atos Normativos do Poder Executivo

Art. 170. Os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem o poder regulamentar poderão ser sustados por Decreto Legislativo proposto:

I - por qualquer Vereador;

II - por Comissão, permanente ou especial, de ofício, ou a vista de representação de qualquer cidadão, partido político ou entidade da sociedade civil.

Art. 171. Recebido o projeto, a Mesa oficiará ao Executivo solicitando que preste, no prazo de dez (10) dias uteis, os esclarecimentos que julgar necessário.

TÍTULO V
REUNIÕES
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 172. As reuniões da Câmara serão:

- I - Ordinárias;
- II - Extraordinárias;
- III - Solenes;
- IV – Preparatórias.

Art. 173. O recinto do Plenário é, em reunião, privativo de:

- I - Vereador;
- II - convidados em visitas oficiais;
- III - servidores da Câmara em serviço de interesse específico em auxílio a Mesa;
- IV - cidadãos autorizados.

Art. 174. Ausente a hora regimental o Presidente, bem como os seus substitutos, assumirá a presidência da reunião o Vereador mais idoso dentre os presentes, que convocará outros, para secretariá-lo.

Parágrafo único. A composição provisória dirigirá a reunião até que compareça membro titular da Mesa, que imediatamente assumirá os trabalhos.

Art. 175. A reunião poderá ser suspensa:

- I - pelo Presidente, a seu juízo, no caso de visita de convidados oficiais, bem como de pessoas ilustres, vedada apenas a interrupção da ordem do dia;
- II - por decisão do Plenário, a requerimento verbal sumário, para:
 - a) reunião de Comissões Permanentes, nos casos em que o projeto a ser discutido estiver em regime de urgência;

b) outro motivo de interesse público para o bom andamento ulterior da reunião.

III - para realização de intervalo, entre o final do Expediente e início da Ordem do Dia.

§1º A suspensão levada a efeito pelo Presidente nos casos previstos no inciso I deste artigo, será por tempo indeterminado, e o tempo da paralisação não será deduzido do tempo reservado a reunião, que terá a sua duração regular.

§2º A suspensão deliberada pelo Plenário nos casos previstos no inciso II deste artigo, terá duração máxima de trinta (30) minutos, deduzindo-se o tempo que durar a suspensão daquele reservado a reunião.

§3º A suspensão prevista no inciso III deste artigo será pelo prazo de quinze (15) minutos, não deduzidos do tempo reservado à reunião, podendo ser cancelada a requerimento de qualquer Vereador, desde que aprovado pela maioria simples do Plenário.

Art. 176. Qualquer pessoa poderá assistir as reuniões da Câmara, na parte do recinto que lhe é reservado, desde que:

I - esteja adequadamente trajado;

II - não porte armas, salvo as exceções da lei;

III - conserve-se em atitude respeitosa durante os trabalhos;

IV - não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passa no plenário, salvo por aplausos;

V - não interpele os Vereadores, salvo em audiências e consultas públicas.

Parágrafo único. Pela inobservância destes deveres, o Presidente poderá determinar a retirada do recinto, de toda e qualquer pessoa, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Art. 177. Para os efeitos legais, considerar-se-á presente a reunião o Vereador que acessar o sistema informatizado até o início da Ordem do Dia, participando dos trabalhos do Plenário e das votações.

§1º Para os fins deste artigo, o registro de presença será recolhido pelo Presidente quando do início da Ordem do Dia, devendo o Secretário registrar os nomes dos Vereadores ausentes.

§2º Ao final da reunião, o Secretário fará constar em ata os nomes dos Vereadores que, embora o tenham acessado o registro até a hora legal, deixaram de participar dos trabalhos do Plenário e das votações, retirando-se da reunião.

§3º A verificação de presença constará dos registros da Câmara, de forma informatizada.

§4º Na ata far-se-á constar presenças dos Vereadores na reunião.

Seção Única
Reuniões Preparatórias

Art. 178. Os Vereadores diplomados pela Justiça Eleitoral reunir-se-ão em Reunião Preparatória, não remunerada, até o último dia útil da legislatura anterior, sob a presidência do mais idoso, na sala do plenário, a fim de ultimarem as providencias a serem seguidas na Reunião da Instalação da Legislatura e para que lhes sejam apresentados todos os serviços da Câmara, bem como o andamento normal dos trabalhos legislativos.

§1º Abertos os trabalhos, o Presidente da reunião convidará um dos diplomados para compor a Mesa, na qualidade de Secretário.

§2º Composta a Mesa, o Presidente convidará os diplomados presentes a entregarem os respectivos diplomas e as suas declarações de bens.

§3º A Mesa provisória dirigirá os trabalhos da Reunião de Instalação da Legislatura, até a posse dos membros da Mesa.

Art. 179. Para ultimar os trabalhos nas reuniões preparatórias a Câmara poderá realizar cursos intensivos com os Vereadores, convidando servidores do quadro ou profissionais habilitados para ministrá-los.

CAPÍTULO II
REUNIÃO ORDINÁRIA
Seção I
Disposições Gerais

Art. 180. As reuniões ordinárias serão, no mínimo, de quatro (04) mensais, devendo ser realizadas as terças-feiras, com duração máxima de três (03) horas.

Art. 181. As reuniões ordinárias terão início as dezenove horas (19:00horas), mediante presença de um terço (1/3) dos Vereadores, assim verificada no livro de presenças, devendo ser concluída, no máximo, até as vinte e duas horas (22:00horas), podendo haver um intervalo de dez minutos (10min) entre o expediente e a ordem do dia, se solicitado.

§1º A prorrogação das reuniões ordinárias poderá ser determinada pelo Plenário, proposta do Presidente ou a requerimento verbas de Vereador, por tempo estritamente necessário, jamais inferior a quinze (15) minutos, à conclusão de votação de matéria já discutida.

§2º O tempo de prorrogação será previamente estipulado no requerimento e somente será apreciado se apresentado até dez (10) minutos antes do encerramento da ordem do dia, podendo ser prorrogado mais uma vez, com igual prazo.

§3º Havendo mais de um requerimento simultâneo, será votado o que visar o menor prazo, prejudicado os demais.

§4º O Plenário poderá fixar calendário especial por tempo determinado, através de Resolução de Mesa, alterando os dias e horários das Reuniões Ordinárias, observada a exigência de quatro (04) reuniões mensais.

Art. 182. Não havendo número legal, o Presidente aguardará até quinze (15) minutos, prazo este em que persistindo a ausência dos Vereadores, dar-se-á por encerrada a reunião, lavrando-se ata negativa em que figurarão os presentes, despachando-se os documentos constantes do expediente.

Art. 183. À hora regimental, o Presidente declarará aberta a Reunião após a conferência dos Vereadores presentes pelo Primeiro Secretário, convidando um deles para a leitura de um trecho da Bíblia.

Art. 184. A reunião ordinária divide-se em duas (02) partes sucessivas:

I - do Expediente, dividido em pequeno e grande expediente;

II - da Ordem do Dia.

Parágrafo único. A reunião será encerrada, lavrando-se ata negativa, com o registro dos presentes, bem como do expediente do dia, nos seguintes casos:

I - por falta de quórum regimental para a abertura ou continuação dos trabalhos;

II - em caráter excepcional, por motivo de luto nacional, pelo falecimento de autoridade ou alta personalidade ou por grande calamidade pública, em qualquer fase dos trabalhos, mediante deliberação do Plenário em requerimento subscrito, no mínimo, por um terço (1/3) dos Vereadores; ou

III - tumulto grave.

Seção II

Expediente

Subseção I

Pequeno Expediente

Art. 185. O Pequeno Expediente, com duração máxima de trinta (30) minutos, destina-se a:

I - votação da ata da reunião anterior;

II - apresentação das proposições protocoladas e endereçadas à Mesa Diretora;

III - leitura dos documentos oficiais endereçados a Câmara para os quais seja necessário dar a devida publicidade;

IV - apresentação de recurso de Vereador contra ato da Mesa ou de Comissão;

V - outros comunicados a juízo do Presidente.

§1º Os Vereadores poderão solicitar cópia dos documentos apresentados no Pequeno Expediente.

§2º A leitura resumida dos documentos endereçados ao Presidente da Câmara poderá ser dispensada, desde que tenha sido dada efetiva publicidade em até vinte quatro (24) horas antes do início da reunião, bem como contar com a anuência de todos os Vereadores presentes.

Subseção II

Grande Expediente

Art. 186. O Grande Expediente terá duração máxima de noventa (90) minutos, divididos proporcionalmente entre os parlamentares inscritos tempestivamente para o Tema Livre, o qual será destinado para o pronunciamento dos oradores sobre:

I - atitudes ou iniciativas pessoais referentes ao mandato de Vereador;

II - questões de interesse público do Município;

III - outras questões de interesse relevante.

§1º A inscrição do orador deverá ser feita no início das reuniões até o final do Pequeno Expediente.

§2º O orador poderá falar no máximo por dez (10) minutos, podendo utilizar a tribuna por uma única vez, conforme ordem de inscrição.

§3º Não havendo tempo suficiente para a totalidade dos inscritos gozar do tempo previsto no §2º, o Presidente dividirá proporcionalmente o tempo.

§4º O orador poderá ceder o seu tempo para outro Vereador, independente da bancada que pertença.

Art. 187. Não havendo orador interessado, ou esgotado o tempo destinado ao Grande Expediente, passará a Ordem do Dia.

Seção III

Ordem do Dia

Art. 188. A Ordem do Dia, com duração limitada a sessenta (60) minutos, destina-se à discussão e votação de:

I - requerimentos escritos cuja deliberação seja de alçada do Plenário;

II - proposições aptas a discussão, assim consideradas aquelas que tenham encerrado sua tramitação pela Comissão Legislativa Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final e tenham sido incluídas pelo Presidente na Ordem do Dia.

III - proposições aptas a votação, assim consideradas aquelas que tenham encerrado suas tramitações pelas respectivas comissões de mérito e tenham sido incluídas pelo Presidente na Ordem do Dia.

§1º Quando, no curso de uma votação de projeto específico, esgotar-se o tempo destinado a Ordem do Dia, esta será prorrogada até que seja concluída a apreciação da matéria.

§2º A pauta das proposições a serem deliberadas pelo Plenário na Ordem do Dia será publicada no átrio da Câmara com antecedência mínima de vinte e quatro (24) horas, exceto as proposições em regime de urgência.

Art. 189. A realização da Ordem do Dia será condicionada a presença da maioria absoluta dos Vereadores, assim verificada no livro de presenças ou por meio eletrônico.

Art. 190. As matérias incluídas na Ordem do Dia deverão ser agrupadas segundo o seguinte critério de prioridade:

I - proposições com prazo legal:

- a) projetos de decretos legislativos que tratem de apreciação de contas;
- b) projetos de resolução;
- c) vetos do Poder Executivo;
- d) projetos do Executivo, com pedido de urgência, deferido pelo Presidente;
- e) medidas provisórias.

II - matérias com urgência parlamentar com deferimento do Plenário;

III - outras matérias, ordenadas segundo a cronologia de suas proposições.

Art. 191. A ordem do dia só será modificada no caso de:

- I - adiamento de votação de proposição, desde que solicitada pelo autor da matéria ou pelo líder do governo na Câmara, no caso dos projetos de autoria do Poder Executivo;
- II - inserção de projetos que estejam em regime de urgência na forma deste RI;
- III - inversão de pauta;
- IV - ausência do autor da proposição durante a discussão.

Art. 192. A ordem do dia terá item único no caso de discussão e votação dos projetos de lei do Plano Plurianual; Diretrizes Orçamentárias; do Orçamento Anual e julgamento das contas do Prefeito.

CAPÍTULO III

REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS

Art. 193. As reuniões extraordinárias obedecerão, no que couber, o disposto no Título V, Capítulo II deste RI, nos termos da LOM.

§1º As convocações somente se darão em caso de urgência ou de interesse público relevante, e em todas as hipóteses com a aprovação da maioria absoluta dos Vereadores.

§2º Nas reuniões extraordinárias, a Câmara deliberará somente sobre a matéria para a qual for convocada, vedado o pagamento de parcela indenizatória em razão das convocações.

Art. 194. A convocação do Presidente discriminará o seu objetivo e será:

I - verbal, somente quando feita em reunião;

II - com antecedência mínima de quarenta e oito (48) horas.

Parágrafo único. O Presidente da Câmara dará ciência da convocação aos Vereadores por meio de comunicação pessoal e escrita, exceto no caso do inciso I deste artigo.

Art. 195. A autoconvocação da Câmara, no período de recesso parlamentar, será efetivada mediante ofício ao Presidente, subscrito pela maioria absoluta dos Vereadores, com antecedência mínima de quarenta e oito (48) horas.

CAPÍTULO IV REUNIÃO SOLENE

Art. 196. As Reuniões Solenes, convocadas pelo Presidente ou a requerimento de um terço (1/3) dos membros da Câmara, destina-se a:

I - instalação de legislatura;

II - posse dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-prefeito;

III - abertura da Sessão Legislativa Ordinária;

IV - entrega de títulos honoríficos, que podem ser entregues em Reuniões Ordinárias, também;

V - comemoração de fato histórico ou relevante para o Município;

VI - realização de palestra ou de debates sobre assuntos de relevante interesse público.

§1º As Reuniões Solenes serão abertas pelo Presidente independentemente de *quorum*, tendo tempo de duração indeterminado.

§2º Somente poderão fazer uso da palavra o presidente, os Vereadores oradores previamente inscritos e os convidados e autoridades designados pelo cerimonial.

§3º As Reuniões Solenes não serão remuneradas.

CAPÍTULO V USO DA PALAVRA

Art. 197. O Vereador poderá fazer uso da palavra de acordo com as seguintes normas:

I - na tribuna:

- a) como orador, desde que devidamente inscrito e autorizado;
- b) para pronunciamentos pessoais.

II - no plenário:

- a) para formular "questões de" e "pela" ordem;
- b) para apartear orador, desde que devidamente autorizado por este, nos casos definidos no art. 203, incisos II e III, deste RI.

III - Na tribuna ou no plenário:

- a) para discussão de proposição ou de seus respectivos pareceres;
- b) para pronunciamentos de lideranças.

§1º Para falar do Plenário, o Vereador deverá fazer uso do microfone.

§2º A nenhum orador será permitido falar ou iniciar seu pronunciamento sem que lhe seja facultada a palavra pelo Presidente.

§3º Exceto para solicitar aparte, nenhum Vereador poderá interromper o orador que estiver na Tribuna.

§4º Se o Vereador pretender falar sem que lhe tenha sido dada a palavra ou permanecer na Tribuna além do tempo que lhe for concedido, o Presidente adverti-lo-á, convidando-o a tomar acento.

§5º Se apesar da advertência e do convite o Vereador insistir em falar, o Presidente dará seu discurso por terminado.

§6º Sempre que o Presidente der por terminado um discurso, a Secretaria ou outro servidor designado desligará os microfones, cortando-lhe a palavra.

§7º Se o Vereador insistir em falar e em perturbar a ordem ou o andamento regimental da reunião, o Presidente poderá suspendê-la.

§8º Dirigindo-se a qualquer de seus pares, o Vereador dar-lhe-á tratamento de "Senhor", de "Excelência", de "Nobre Colega" ou de "Vereador".

§9º Nenhum Vereador poderá referir-se a seus pares e de modo geral a qualquer representante do poder público de forma descortês ou injuriosa.

Art. 198. As "questões de" e "pela" ordem serão deferidas para:

I - no primeiro caso ("questão de ordem"), para suscitar dúvida sobre interpretação do RI ou quando este for omissivo e para propor o melhor andamento dos trabalhos;

II - no segundo caso ("pela ordem"), para reclamar contra preterição de formalidade regimental;

III - na qualidade de Líder, dirigir comunicação a Mesa;

IV - solicitar a censura do Presidente a qualquer pronunciamento de outro Vereador que contenha expressão, frase ou conceito que considerar injuriosos; ou

V - solicitar do Presidente esclarecimentos sobre assuntos de interesse da Câmara.

§1º Não se admitirão "questões de" e "pela" ordem quando houver orador na Tribuna.

§2º As "questões de ordem", claramente formuladas, serão resolvidas definitivamente pelo Presidente, imediatamente ou dentro de quarenta e oito (48) horas.

§3º Em qualquer fase dos trabalhos da reunião poderá o Vereador falar "pela ordem", para reclamar a observância de norma expressa neste RI.

§4º É vedado formular simultaneamente mais de uma "questão de ordem".

§5º Não poderá ser formulada nova "questão de ordem" havendo outra pendente de decisão.

Art. 199. O tempo de que dispõe o Vereador para o uso da palavra será controlado pelo Secretário para conhecimento do Presidente e começará a fluir no instante em que esta lhe for facultada.

§1º O orador não será interrompido em seu pronunciamento, salvo:

I - para que o Presidente de conhecimento ao Plenário de requerimento de prorrogação da reunião e para colocá-lo em votação;

II - para que o Presidente faça comunicação a Câmara de caráter urgente e inadiável;

III - para que seja recepcionada autoridade ou personalidade de excepcional relevo; ou

IV - para que o Presidente suspenda ou encerre a reunião em caso de tumulto grave.

§2º Quando por qualquer motivo, que não a concessão de apartes, o orador for interrompido em sua oração, o prazo de interrupção lhe será integralmente restituído.

Art. 200. O tempo de que dispõe o Vereador para falar é assim fixado:

I - para pedir retificação da ata ou impugná-la: três (03) minutos;

II - durante o Tema Livre, o tempo atribuído a cada Vereador será dividido proporcionalmente entre os inscritos nos termos do art. 186 deste RI.

III - na discussão de:

a) veto: até dez (10) minutos para o autor do projeto e até cinco (05) para os demais Vereadores;

b) redação final: até cinco (05) minutos;

c) projetos: até oito (08) minutos;

d) para discutir parecer das Comissões Permanentes: até cinco (05) minutos;

e) parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado sobre contas do Prefeito: até dez (10) minutos;

f) processo de destituição da Mesa Diretora ou de membros da Mesa Diretora: até dez (10) minutos para cada Vereador e até vinte (20) minutos para o relator e para o denunciado;

g) processo de cassação de mandato de Vereador ou de responsabilidade do Prefeito: até dez (10) minutos para cada Vereador e até vinte (20) minutos para o denunciado ou seu procurador;

h) recursos: até cinco (05) minutos;

i) moções: até cinco (05) minutos para o autor da moção e até dois (02) para os demais Vereadores;

j) requerimentos: até dois (02) minutos;

k) pedido de vistas e adiamento de votação: até dois (02) minutos.

IV - em pronunciamentos pessoais: até dois (02) minutos;

V - em pronunciamentos de liderança: até dois (02) minutos;

VI - para encaminhamento de votação: até dois (02) minutos;

VII - para declaração de voto: até dois (02) minutos;

VIII - em "questões" e "pela" ordem: até dois (02) minutos;

IX - para solicitar esclarecimentos a Secretários, dirigentes de órgãos da administração direta ou indireta: até cinco (05) minutos;

X - em aparte: até dois (02) minutos.

CAPÍTULO VI

DOS APARTES

Art. 201. Aparte é a interrupção consentida, breve e oportuna do orador para indagação, esclarecimento ou contestação, sobre o assunto tratado.

Parágrafo único. É vedado ao Presidente ou a qualquer Vereador no exercício da Presidência apartear o orador na Tribuna.

Art. 202. Não serão permitidos apartes:

I - a palavra do Presidente, quando na direção dos trabalhos;

II - paralelos, cruzados ou sucessivos;

III - quando o orador esteja encaminhando a votação, declarando voto, falando sobre ata, em questão de ordem.

IV - quando o tempo do uso da palavra do orador for igual ou inferior a cinco (05) minutos.

Parágrafo único. Não serão publicados os apartes proferidos em desacordo com os dispositivos regimentais e assim declarados pelo Presidente.

CAPÍTULO VII

DAS ATAS

Art. 203. De cada reunião da Câmara lavrar-se-á ata dos trabalhos, contendo o nome dos Vereadores presentes, além de uma exposição sucinta dos assuntos deliberados e submetida ao Plenário na reunião subsequente para aprovação ou modificação.

§1º A inserção de documentos em ata será objeto de requerimento de qualquer membro da Câmara e aprovado pela maioria simples do Plenário.

§2º Não havendo pedidos de retificação ou impugnação, a ata será considerada aprovada, independente de votação.

§3º Não sendo contestado o pedido de retificação, a ata será aprovada com a modificação proposta.

§4º Não havendo consenso quanto a retificação da ata, o Plenário deliberará a respeito por maioria simples.

§5º O pedido de impugnação da ata terá como fundamento a sua total nulidade ou o descabimento com os fatos ocorridos na reunião e será objeto de deliberação do Plenário.

§6º Aprovada a ata, será ela assinada pelo Presidente e pelos integrantes da Mesa.

§7º O resumo da ata aprovada no Plenário será enviado à Mesa e esta providenciará a publicação no sítio eletrônico da Câmara, até quarenta e oito (48) horas após o recebimento, disponibilizado pela *internet*.

Art. 204. A ata da última reunião da Legislatura será redigida e apreciada, colhendo-se as assinaturas dos Vereadores, antes desta se encerrar.

TÍTULO VI DA CONVOCAÇÃO DE SECRETÁRIO E OUTROS AGENTES

Art. 205. Os Secretários e titulares de órgãos da Administração direta ou indireta e de entidades paraestatais poderão ser convocados pela Câmara para prestar informações que lhes forem solicitadas sobre assuntos de suas competências administrativas, podendo importar em crime de responsabilidade a ausência sem justificção adequada, conforme o determinado no Decreto-Lei nº 201/67.

§1º A convocação far-se-á através de requerimento subscrito por Vereador ou Comissão, discutido e votado, sem encaminhamento de votação nem declaração de voto.

§2º O requerimento limitará a convocação a matéria de competência privativa do convocado.

§3º Aprovado o requerimento de convocação, o presidente da Câmara expedirá o respectivo ofício ao convocado, enviando-lhe cópia autêntica do requerimento e determinando-lhe o dia e a hora de seu comparecimento, nos termos da LOM.

§4º O Presidente dará ciência da convocação ao Prefeito, na forma do inciso IV do §4º do art. 50 deste RI.

Art. 206. A Câmara poderá reunir-se em Reunião Extraordinária, em dia e hora previamente estabelecidos, com o fim específico de ouvir e debater com o convocado sobre motivos da convocação.

Art. 207. Independentemente de convocação, poderão os Secretários e Titulares dos Órgãos da Administração Direta e Indireta, comparecer a Câmara, em dia e hora previamente estabelecidos, para prestar esclarecimentos sobre qualquer matéria quando julgar oportuno fazê-lo pessoalmente.

§1º Na reunião especialmente convocada para esse fim, o Secretário ou Titular de Órgão fará uma exposição inicial sobre os motivos que levaram a comparecer a Câmara, respondendo, a seguir, as interpelações que eventualmente lhes sejam dirigidas pelos Vereadores.

§2º Aplicam-se as disposições do art. 205 deste RI no caso de comparecimento dos agentes a Câmara, nos termos do presente artigo.

Art. 208. Sempre que comparecerem a Câmara, os agentes mencionados no art. 207 deste RI terão assento a Mesa Diretora.

TÍTULO VII

DAS INTERPRETAÇÕES E DA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO

Art. 209. Os casos não previstos neste RI serão resolvidos soberanamente pelo Plenário e as soluções constituirão Precedentes Regimentais.

Parágrafo único. Os Precedentes Regimentais serão anotados em livro próprio, para orientação na solução de casos análogos.

Art. 210. Ao final de cada Sessão Legislativa Anual, a Mesa fará a consolidação de todos os Precedentes Regimentais, assim como, das modificações feitas no RI, sob a forma de resolução.

TÍTULO VIII

DO JULGAMENTO DO PREFEITO E DOS VEREADORES POR INFRAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Art. 211. O julgamento do Prefeito e dos Vereadores, por infração político-administrativa, definida no Decreto-Lei nº 201/67 e na LOM, seguirá o seguinte procedimento:

I - quanto ao Prefeito:

- a) denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer eleitor, com a exposição dos fatos e a indicação das provas;
- b) se o denunciante for Vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a Comissão Processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação;

- c) se o denunciante for o Presidente, passará a Presidência ao substituto legal, para os atos do processo, e este só votará se necessário para completar o *quorum* de julgamento, sendo convocado o suplente do Vereador impedido de votar, o qual não poderá integrar a Comissão Processante;
- d) de posse da denúncia, o Presidente, na primeira reunião, determinará sua leitura e consultará a Câmara sobre o seu recebimento;
- e) decidido o recebimento, pelo voto da maioria dos presentes, na mesma reunião será constituída a Comissão Processante, com três (03) Vereadores sorteados entre os desimpedidos, os quais elegerão, desde logo, o Presidente da Comissão Processante e o Relator;
- f) recebendo o processo, o Presidente da Comissão Processante iniciará os trabalhos, dentro de cinco (05) dias, notificando o denunciado, com a remessa de cópia da denúncia e documentos que a instruírem, para que, no prazo de dez (10) dias, apresente defesa prévia, por escrito, indique as provas que pretender produzir e arrole testemunhas, até o máximo de dez (10);
- g) se estiver ausente do Município, a notificação far-se-á por edital, publicado duas (02) vezes, no órgão oficial, com intervalo de três (03) dias, pelo menos, contado o prazo da primeira publicação;
- h) decorrido o prazo de defesa, a Comissão Processante emitirá parecer dentro de cinco (05) dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia, o qual, neste caso, será submetido ao Plenário;
- i) se a Comissão Processante opinar pelo prosseguimento do processo, o Presidente designará desde logo, o início da instrução, e determinará os atos, diligências e audiências que se fizerem necessários, para o depoimento do denunciado e inquirição das testemunhas;
- j) o denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, pessoalmente, ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência de pelo menos vinte e quatro (24) horas, sendo-lhe permitido assistir as diligências e audiências, bem como formular perguntas e reperguntas as testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa;
- k) concluída a instrução, será aberta vista do processo ao denunciado, para razões escritas, no prazo de cinco (05) dias, e após, a Comissão Processante emitirá parecer final, pela procedência ou improcedência da acusação, e solicitará ao Presidente da Câmara, a convocação de reunião para julgamento;

- l) na reunião de julgamento, o processo será lido integralmente e, a seguir, os Vereadores que o desejarem poderão manifestar-se verbalmente, pelo tempo máximo de quinze (15) minutos cada um, e ao final, o denunciado, ou seu procurador, terá o prazo máximo de duas (02) horas, para produzir sua defesa oral;
- m) concluída a defesa, proceder-se-á a tantas votações nominais, quantas forem as infrações articuladas na denúncia;
- n) considerar-se-á afastado definitivamente do cargo, o denunciado que for declarado pelo voto de dois terços (2/3), pelo menos, dos membros da Câmara, em curso de qualquer das infrações especificadas na denúncia;
- o) concluído o julgamento, o Presidente da Câmara proclamará imediatamente o resultado e fará lavrar ata que consigne a votação sobre cada infração e, se houver condenação, expedirá o competente Decreto Legislativo de cassação do mandato do Prefeito;
- p) se o resultado da votação for absolutório, o Presidente da Câmara determinará o arquivamento do processo;
- q) em qualquer dos casos, o Presidente da Câmara comunicará a Justiça Eleitoral o resultado;
- r) o processo a que se refere este inciso deverá estar concluído dentro de noventa (90) dias, contados da data em que se efetivar a notificação do acusado;
- s) transcorrido o prazo, sem o julgamento, o processo será arquivado, sem prejuízo de nova denúncia, ainda que sobre os mesmos fatos;
- II - quanto aos Vereadores o processo de cassação é, no que couber, o estabelecido no inciso I deste artigo.

TÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 212. Os prazos previstos neste RI, quando não se mencionar expressamente "dias úteis", serão contados continuamente e não correrão durante os períodos de recessos da Câmara, não contando o dia da intimação, contando o último dia do prazo.

Parágrafo único. Na contagem dos prazos regimentais observar-se-á o que for aplicável a Legislação Processual Civil.

Art. 213. A Secretaria da Câmara fará reproduzir periodicamente este RI, enviando cópias a

Biblioteca Pública Municipal, ao Poder Executivo, a cada um dos Vereadores e as entidades interessadas do Município.

Art. 214. Não haverá expediente no Poder Legislativo nos dias de ponto facultativo decretado pelo Poder Executivo.

Art. 215. À data de vigência deste RI ficarão prejudicados quaisquer projetos de resolução em matéria regimental e revogados todos os precedentes firmados sob o império do regimento anterior.

Art. 216. A Mesa Diretora terá o prazo de trinta (30) dias após a publicação desta Resolução para adequar a nomenclatura, a eleição e escolha dos membros e demais alterações havidas nas Comissões Legislativas Permanentes.

Art. 217. Esta Resolução revoga a Resolução n° 04, de 11 de dezembro de 2012, que instituiu o Regimento Interno.

Art. 218. Este RI entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota (SC), 22 de junho de 2022.

Francisco Domingos
Presidente da Mesa Diretora da Câmara de Ilhota-SC